Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.521/16, 57.776/17 com processo AD 8967-21 vinculado.

Processo SEI: 1020.2021/0019450-9

Interessado: Gilberto Trama.

O processo de número **9576-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)** foi deferido.

DEFIRO o pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nos termos da(s) das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17, Decretos 56.089/15, 57.377/16 e 59.885/2020.

Processo SEI: 1020.2022/0011442-6

Interessado: Fabio Soares de Souza Russo .

O processo de número **15555-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)** foi deferido.

DEFIRO o pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17, decretos 57.776/17 e 59.885/20.

Processo SEI: 1020.2022/0008381-4

Interessado: Murilo Tolentino .

O processo de número **12375-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.

INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (Lote 1 Proposto - C.A. acima do permitido com 203,58m² para proposta de lote de 120,00m2/ Lote 2 Proposto - T.O. acima do permitido com 0,93 de ocupação e CA. acima do permitido com 295,99 m2).

Processo SEI: 1020.2022/0004287-5

Interessado: Andre Zebalos Almeida.

O processo de número **11777-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.

INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso I do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 face não atendimento do Comunique-se publicado em 14/05/2022 no prazo.

Processo SEI: 1020.2022/0001623-8

Interessado: Shirley Oliveira.

O processo de número **6669-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)** foi indeferido.

INDEFIRO o pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nos termos do Inc. III do Art. 59 da Lei 16.642/17, pelo não atendimento completo do comunique-se.

Processo SEI: 1020.2022/0011441-8

Interessado: José Carlos Bianchi.

O processo de número **15554-22-SP-CCE** e assunto **Certificado de Conclusão** foi deferido.

DEFIRO o pedido de Certificado de Conclusão nos termos do Decreto 53.289/12, Decreto 54.787/14, Lei 16.642/17 e Decreto 57.776/17.

Processo SEI: 1020.2022/0015182-8

Interessado: Nicola Tadeu Flocco.

O processo de número **18172-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.521/16, 57.776/17 com processo AD16724-22 vinculado.

Processo SEI: 1020.2022/0013828-7

Interessado: Nicola Tadeu Flocco.

O processo de número **16724-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.521/16, 57.776/17 com processo AD18172-22 vinculado.

Processo SEI: 1020.2022/0013641-1

Interessado: SEARA BENDITA INSTITUICAO ESPIRITA SEARA BENDITA INSTITUICAO ESPIRITA.

O processo de número **16973-22-SP-TAX** e assunto **Pedido de Isenção de Taxa** foi deferido.

DEFIRO o pedido de isenção da taxa TEV/COE e dispensa do pagamento dos preços públicos incidentes, tão somente, no processo nº 16966-22-SP-CDT

Processo SEI: 1020.2022/0018333-9

Interessado: ALEF COPOLA.

O processo de número **20651-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.52/16, 57.776/17 com processo AD20648-21 vinculado.

Processo SEI: 1020.2022/0018207-3

Interessado: ALEF COPOLA.

O processo de número **20648-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.52/16, 57.776/17 com processo AD20651-21 vinculado.

Processo SEI: 1020.2022/0016739-2

Interessado: Francisco José da Cruz.

O processo de número **19186-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.521/16, 57.776/17 com processo AD18763-22 vinculado.

Processo SEI: 1020.2022/0015985-3

Interessado: Francisco José da Cruz.

O processo de número **18763-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi deferido.

Deferido nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e Decretos 57.521/16, 57.776/17 com processo AD19186-22 vinculado.

SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SMUL.ATECC.

6068.2022/0002031-1

INTERESSADO: Ceiry X Empreendimentos Imobiliários Ltda.

PARECER FINAL

PRONUNCIAMENTO/197/GRAPROEM/2022

O GRAPROEM, em sua 193ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2.022, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou pelo indeferimento do pedido, em vista da expressa desistência do interessado (doc. 070672106), conforme informado por SMUL/PARHIS (docs. 071841031 e 072465095).

SMUL.ATECC.

1010.2022/0002862-2

INTERESSADO: REC Vila 14 Empreendimentos Imobiliários S.A.

PARECER FINAL

PRONUNCIAMENTO/198/GRAPROEM/2022

O GRAPROEM, em sua 193ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2.022, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou favoravelmente à emissão do Alvará de Aprovação de Edificação Nova, com base nos pareceres de SMUL/RESID (doc. SEI nº 072228029) e SMC/DPH (doc. SEI nº 064419948), após comunique-se relativo à outorga onerosa, atendidas às demais disposições legais pertinentes.

SMUL.ATECC.

1010.2022/0007168-4

INTERESSADO: Tarjab-Ibituruna Empreedimentos Imobiliários Spe

APROVA RÁPIDO

COMUNIQUE-SE ÚNICO - GRAPROEM

INFORMAÇÃO/167/GRAPROEM/2022

O GRAPROEM, em sua 193ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2.022, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou pela emissão de comunique-se único, com base no parecer de SMUL/RESID (doc. SEI nº 072075361), com inclusão do item 6: "Esclarecer se há previsão de implantação de estande de vendas para o empreendimento, conforme informado no TAR. Em caso positivo, deverá ser apresentada documentação pertinente e recolhidas as taxas relativas a esse assunto."

ATENÇÃO

• Eventuais esclarecimentos de Comunique-se deverão ser agendados pelos telefones específicos de cada Secretaria (SMUL: 3243-1008 / SVMA: 5187-0210 / SMT: 3059-7250 / SIURB: 3337-9743 ou 3397-9318 / SMC: 3397-0204).

• O prazo para atendimento é de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de publicação no D.O.C.

• Local para atendimento: Rua São Bento, 405/8º andar, sala 82.

SECRETARIA - SMUL:

1. APRESENTAR MATRÍCULA DE DOAÇÃO DE ÁREA DEVIDAMENTE AVERBADA NO REGISTRO DE IMÓVEIS;

2. APRESENTAR MATRÍCULA DA ÁREA REMANESCENTE DO LOTE DEVIDAMENTE REGISTRADA NO REGISTRO DE IMÓVEIS;

3. ESCLARECER SE HOUVE APOSTILAMENTO NO ALVARÁ EMITIDO ANTERIORMENTE. EM CASO POSITIVO, INSERIR O NÚMERO DO APOSTILAMENTO NO CAMPO 'NÚMERO DO ALVARÁ' E ANEXAR O APOSTILAMENTO;

4. APRESENTAR TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA FIRMADO COM SVMA/DEPAVE CORRESPONDENTE AO LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL Nº 222/CLA/DCRA/GTMA-PP/2021;

5. INDICAR O RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DEMOLIÇÃO, NOS TERMOS DO §3º DO ART. 23 DA LEI Nº 16.642/17 JUNTAMENTE DA CÓPIA DO CREA/CAU E ART/RRT;

6. "ESCLARECER SE HÁ PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE ESTANDE DE VENDAS PARA O EMPREENDIMENTO, CONFORME INFORMADO NO TAR. EM CASO POSITIVO, DEVERÁ SER APRESENTADA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE E RECOLHIDAS AS TAXAS RELATIVAS A ESSE ASSUNTO." (ITEM INCLUÍDO NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO/167/GRAPROEM/2022).

OBS.: "O INTERESSADO DEVERÁ ESTAR CIENTE QUE NO ATENDIMENTO DESTE COMUNIQUE-SE DEVEM SER APRESENTADAS PEÇAS GRÁFICAS EM FORMATO DWF PARA ANÁLISE DE SMUL, PARA FINS DA CHANCELA ELETRÔNICA, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/SEL-G/2020, EM ARQUIVOS INDIVIDUAIS."

SMUL.ATECC

6068.2022/0009664-4

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/287/ATECC/2022

Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO nº 287/ATECC/2022:

I. Considerada INADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto, com base no motivo abaixo listado:

a. Inobservância ao disposto no item 4 do Art. 3º da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (ficha técnica emitida há mais de 60 dias da data de autuação do processo);

b. Inobservância ao disposto nos Arts. 3º e 28 da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (apresentado versões de modelo antigo do TAR).

SMUL.ATECC

6068.2022/0009744-6

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/290/ATECC/2022

Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO/290/ATECC/2022:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

SMUL.ATECC

6068.2022/0009708-0

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/299/ATECC/2022

Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO nº 299/ATECC/2022:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

CONTRU - COORDENADORIA DE CONTROLE E USO DE IMÓVEIS

DLR - DIVISÃO DE LOCAL DE REUNIÃO

SMUL/CONTRU DLR

DESPACHO DO SR. DIRETOR

6068.2022/0009463-3 IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento CAMINHADA DO AMOR - THE LOVE WALK a ser realizado no(a) PARQUE DO IBIRAPUERA, - data do evento: 29/10/2022, para uma lotação máxima de 12000 pessoas.

DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

EXTRATO DA REUNIÃO

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA, Secretária Executiva da Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU/SMUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **DETERMINA** a publicação do extrato contendo as deliberações do Plenário relativas às matérias constantes da Pauta da **110ª REUNIÃO ORDINÁRIA**, realizada em 27 de outubro de 2022.

PAUTA DA REUNIÃO: 1. Comunicações Gerais; 2. Processos.

01) A reunião foi iniciada pela Presidente, Sra. Viviane Stankevicius Urioste Magalhães, às 14h33min; em relação ao primeiro item de pauta, foram retirados de pauta, a pedido da relatoria, os itens 2.02 - 7810.2021/0001575-3 e 2.03 - 7810.2022/0000458-3, para revisão da instrução e análise jurídica da São Paulo Urbanismo.

02) Em relação ao segundo item de pauta, a Presidente deu prosseguimento à reunião com a análise dos demais processos.

03) PROCESSO: 1010.2022/0003583-1

INTERESSADO: GIOVANNA GEMIGNANI MONTESSANTI LEAL (MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO)

ASSUNTO: ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA – APROVA RÁPIDO

LOCAL: RUA ITAPECOCA, 0002

DECISÃO: Após relatoria, seguida de debates, deliberou, favoravelmente, por maioria de votos, à vista do contido no processo, em especial da Informação SMUL/ATAJ Nº 071998790, e da sugestão apresentada em plenário, pela proposta de resolução.

04) PROCESSO: 7810.2021/0001002-6

INTERESSADO: MSA INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA

ASSUNTO: OPERAÇÃO URBANA CENTRO - CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA COM AUMENTO DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO E REDUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

LOCAL: RUA DA CANTAREIRA, 491

DECISÃO: Após relatoria, seguida de debates, deliberou, favoravelmente, por maioria de votos, à vista do contido no processo, do Relatório da São Paulo Urbanismo nº 072252275, e do apresentado pela relatoria em plenário, pela proposta de despacho.

05) A reunião foi encerrada às 15h59min.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

EXTRATO DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA, Secretária Executiva da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU/ SMUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **DETERMINA** a publicação do extrato contendo as deliberações do Plenário relativas às matérias constantes da Pauta da 97ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2022.

PAUTA DA REUNIÃO – 1. Comunicações Gerais; 2. Processos.

01) A reunião foi iniciada pela Presidente, Sra. Aparecida Regina Lopes Monteiro, às 14h18min, e introduziu a pauta; em seguida, foi dada posse da representante titular da Secretaria Municipal das Subprefeituras, Sra. Ana Carolina Nunes Lafemina, conforme Portaria SGM 272/2022, publicada no D.O.C. de 27 de setembro de 2022.

02) 6068.2022/0008886-2; CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA DA COREIA; REVITALIZAÇÃO DA RUA PRATES-COREIA. Após a apresentação do interessado, seguida de debates, deliberou pelo deferimento, por maioria de votos, da proposta apresentada em plenário.

03) Em seguida, a Sra. Presidente propôs uma reunião extraordinária para o dia 23 de novembro, a ser confirmada, para apresentação de um projeto para o bairro do Bom Retiro proposta pelo Coletivo "Bom Retiro é o Mundo", acolhida sem ressalvas do plenário.

04) 6068.2022/0009798-5; SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO; IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS OTTC'S. Após a relatoria, seguida de debates, e à vista das informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (072293393/072294036), deliberou pelo deferimento, por unanimidade de votos, da Resolução SMUL.ATECC.CPPU/003/2022.

05) A reunião foi encerrada às 16h39min.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI: 6014.2022/0003148-3

Assunto:?Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Jardim Colombo

Interessada(o): Valdilene Maria de Jesus dos Santos

DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, os pareceres técnicos juntados em doc. SEI 072193335 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documentos 070248035, 071586613 e 072113040 que adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão,**DETERMINO:**

Pagamento de indenização pela construção, a munícipe?Valdilene Maria de Jesus dos Santos, CPF 318.***.***.** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R$39.450,06 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais e seis centavos), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº?6014.2022/0000366-8, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI: 6014.2022/0003150-5

Assunto:?Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Jardim Colombo

Interessada(o): Jaine Moreira da Silva

DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, os pareceres técnicos juntados em doc. SEI 072197706 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documentos 070248035, 071586613 e 072113040 que adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão,?DETERMINO:

Pagamento de indenização pela construção, a munícipe?Jaine Moreira da Silva, CPF 466.***.***.** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R$ 46.607,12 (quarenta e seis mil seiscentos e sete reais e doze centavos), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº?6014.2022/0000366-8, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI 6014.2022/0003107-6

Assunto: ?Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Paraisópolis - Córrego Antonico

Interessada(o): Marivaneide Moreira Silva

DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, os pareceres técnicos juntados em doc. 072037103 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documento 071764521, os quais adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão,?**DETERMINO:**

Pagamento de indenização pela construção, a/ao munícipe Marivaneide Moreira Silva, CPF 371.***.***-** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº? 6014.2022/0000163-0, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.3 3909300.00.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI 6014.2022/0002993-4

Assunto: ?Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Paraisópolis - Córrego Antonico

Interessada(o): Claudimiro Sousa de Almeida

DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, os pareceres técnicos juntados em doc. 071656973 e a manifestação de SEHAB/PROJ em documento 071764521, os quais adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão,?**DETERMINO:**

Pagamento de indenização pela construção, a/ao munícipe Claudimiro Sousa de Almeida, CPF 508.***.***-** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R$ 50.418,88 (cinquenta mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº? 6014.2022/0000163-0, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.33909300.00.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI Nº 6021.2022/0058689-0

DESPACHO:

Considerando as informações constantes do presente processo SEI 6021.2022/0058689-0, em especial, em cumprimento à decisão proferida na ação Autos nº 1040046-83.2022.8.26.0053, em curso perante a MM. 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, anexada em documento SEI nº 072401925 (vide fls. 71 e 72), bem como em vista do encaminhamento pela PGM/DEMAP em doc. 072506183, **DETERMINO** a concessão imediata do benefício do Auxílio Aluguel à Sra. **MICHELLY HABILAN RULFINI , CPF 045.XXX.XXX-XX, enquanto perdurarem os efeitos de referida decisão judicial;**

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1258

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

Processos da unidade SEHAB/CRF

6014.2019/0001003-0 - Comunicações Administrativas: Ofício

Despacho de indeferimento.

Interessados: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

INDEFIRO o pedido de regularização fundiária de interesse social, formulado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, no SEI 6014.2019/0001003-0, vez que o Requerente não atendeu ao "Comunique-se" encaminhado (doc. 071536646 e 071580076), para indicar o exato perímetro da área objeto do requerimento (doc. 072621862), imprescindível para sua análise (inciso V, do artigo 8º da PORTARIA 85/SEHAB).

SEHAB/CMH

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: **25 de agosto de 2022**

Local:Rua Líbero Badaró nº 504 – 15º andar – Sala 154 – Centro – São Paulo

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano 2022, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 15º andar, sala 154, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** João Siqueira de Farias (SEHAB), Leonardo Gazillo Silva (SEHAB), Alexandro Peixe Campos (COHAB SP), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Ricardo Luiz Alvarez Ferreira (SEHAB), Débora Jun Portugheis (SGM), Marcela Cristina Arruda Nunes (SG), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Tatiana Robles Seferjan (SG), Márcia Tieko Omoto Yamaguchi (SIURB), Wilson Cabral da Silva (SF), Monica Therezinha Barti Rossi (CDHU), Marcela Cristina Arruda Nunes (Secretaria Municipal de Gestão-SG) Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaragua), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste) e Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo). **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Katia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia), Paula Carneiro (SEHAB), Brenda Santos, Geraldo (Associação de Moradores do Jardim Ipanema), Lucimara, Paula e Marilene de Sousa coelho (Coopamare).**Conselheiros (as) ausentes:**Silvio Eugênio de Lima (SEHAB), Marcos Augusto Alves Garcia (SIURB), Giulia Zanganatto (SMUL), Patrícia Maria Drago (SF), Luiza Chizue Gatti Murakami (SMADS), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Marise Fernandes de Araujo (CEF), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Sylvia Ammar Forato (COHAB-SP), Pedro Caique Leandro do Nascimento (SGM), Daniella Romani Vidal (SMUL), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo), Janaina Nascimento (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Inês Granada Pedro (CUT), Sandra Aparecida Rufino (CAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Maria Alécia Silva Pereira (OAB), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP), Paulo Emílio Buarque Ferreira (Mackenzie), Felicia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 28 de outubro de 2022 às 05:00:47

Nova Heliópolis), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo) e Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP)**. Conselheiros justificaram ausência:** Marilena Fajersztan (SMUL), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Denise Antonucci (Mackenzie), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP)**. Pauta da Reunião:** 1. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária do CMH de 22 de junho de 2022; 2. Informes sobre o PROGRAMA PODE ENTRAR; 3. Assuntos Gerais. **Início Reunião**: O Secretário agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. **Item 1. Sra. Ana Maria:** Fez leitura da Pauta. **Item 1** - Aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária do CMH de 22/06/2022, que foi aprovada por unanimidade. Passando para o segundo item da pauta. **Item 2. Sr.** João Farias: Nosso segundo item da pauta são **os informes gerais do Programa Pode Entrar.** Vou passar para o Nilson e para Katia falarem como que está o andamento, e aí depois eu abro ou para fazer complementação, ou para manifestação dos Conselheiros. **Sr. Nilson:**Acho que todo mundo quer saber quando vai assinar. É o seguinte, depende mais de vocês do que de mim. Há alguma carência de entrega de documentação, a entidade olhar os Comunique-se que estão sendo colocados lá. Claro que também tem uma pendência nossa aqui de análise do trabalho do pessoal da demanda social, que está sendo feito. Mas essa parte documental e de cadastramento das empresas, e tudo, é a parte que está demorando por parte das entidades como um todo, isso é o que está pegando, algum requisito que está lá para atender, essa é a maior dificuldade que temos, dentro de algumas específicas que tem lá de documentação de transferência de imóveis de devolução, e outras ações que estamos observando. O trabalho técnico social, plano de trabalho, alguns tem plano de trabalho muito simplórios, muito simples, e precisa melhorar um pouco essas coisas e ser rápido, tudo é feito por Comunique-se. A partir de segunda-feira vai estar o histórico lá para todo mundo ver qual é a pendência que tem, mas isso está nos Comunique-se que estão tendo. Então, se todo mundo não está vendo isso, ou está faltando, está falhando, corre atrás. O interesse nosso é simplesmente assinar. **Sra. Kátia**: Vou complementar a fala do Nilson aqui, porque assim, eu recebo muitas mensagens, praticamente todos os dias de – Entreguei tudo, subi tudo. A Assessoria Técnica tal manda e-mail, manda mensagem, manda isso, manda aquilo. Qual que é o problema que está acontecendo aqui? O entreguei tudo não é tudo. Entregar a documentação completa é o que prevê o Edital. Então assim, e a documentação completa tem que estar completa e correta, não adianta ele estar completa e quando você vai olhar o conteúdo do documento, o conteúdo está incompleto. Quem está conseguindo entender? Plano de trabalho social, sobe o plano de trabalho, quando você vai olhar o conteúdo do plano, o plano inadequado. Plano de trabalho global, que é o plano de trabalho que a construtora precisa subir, que a construtora que eu digo é a empresa, Assessoria Técnica, se for cogestão Construtora, se for autogestão a própria entidade vai ter que subir um plano de trabalho. Então, tem o planinho de trabalho global que tem uma regrinha lá no Edital previsto que tem que ser seguido, que está todo mundo confundindo. Existe uma ficha de resumo do empreendimento tem que ser preenchida, existe um resumo desse empreendimento, um histórico que tem que ser detalhado. Então assim, tudo isso está previsto no Edital. E estou percebendo muita dificuldade por parte das entidades, inclusive até de quem já tem muita experiência da Minha Casa Minha Vida entidades no caso, e vocês estão tendo muita dificuldade nessa documentação. Fica muito difícil para nós, e eu digo assim, independente do plano de trabalho social, vamos deixar um pouco de lado plano de trabalho social e vamos pensar nos outros documentos, esses documentos precisam ser apresentados. E aí Assessoria Técnica às vezes informa a entidade que entregou tudo, e quando você vai ver o tudo não é nada. E não tem como aprovar uma documentação incompleta, tem a questão dos beneficiários, a relação dos beneficiários ela é indispensável, essa demanda ela tem que ser integral, ela não precisa ser aprovada integralmente. No caso a análise preliminar vai ser de 70%, mas as famílias, se eu tenho um empreendimento de 200 famílias. Vou tirar dúvida de vocês aqui porque está todo mundo mandando mensagem perguntando a mesma coisa. Tenho um preenchimento de 200 famílias. Quantas famílias tenho que mandar? 200 famílias. Ela não precisa estar aprovada na integralidade, eu não preciso aprovar as 200 famílias, mas 70% dessas família tem que estar aprovada na análise preliminar, que é simples. Tem CADMUT? Não tem. Passou. A renda é compatível com o programa até três salários mínimos? Passou. É isso. Onde isso vai estar detalhado? No plano de trabalho social. E quem já trabalhou na Minha Casa Minha Vida Entidades sabe disso, onde, em qual local que eu detalho o diagnóstico dessa demanda: Plano de trabalho social complementa a relação de beneficiários. Quem conhece o trabalho com Minha Casa Minha Vida Entidades, que a maioria das Assessorias Técnicas conhecem sabem disso. Você olha o conteúdo dos processos que estão sendo entregues na COHAB, aí às vezes – "Estão segurando o eu processo". Não, ninguém está segurando o processo de ninguém aqui. Não tem essa, eu estou escolhendo o processo para assinar, não tem isso aqui, aqui a documentação completa, vai assinar de quem tiver com a documentação completa. O que não podemos fazer? Digo COHAB que no caso faz a análise, é analisar um processo com a documentação errada, encaminhar esse processo de forma errada, o Nilson bater um carimbo lá dizendo aprovado, o Secretário Alex assinarem um documento que não procede. Como é que faz isso com procedimento errado? Eu não sei se vocês sabem, mas hoje nós temos o acompanhamento do Ministério Público, da Controladoria Geral do Município, não dá para fazermos as coisas de qualquer jeito. Então assim, eu peço a vocês, Assessorias Técnicas de entidades, as próprias entidades que disponibilizem dois a três e-mails, não é um e-mail só, dois a três e-mails para encaminhamento de Comunique-se. Porque o e-mail tá chegando em uma pessoa, e essa pessoa não faz o repasse, a entidade não fica sabendo do que está acontecendo, e aí fica naquela – "Fulano não me falou nada, não estou sabendo do Comunique-se, o processo está errado". E isso está prejudicando o andar da carruagem aqui. E aí vocês ligam para o Secretário, ligam para a Kátia, ligam para o Nilson, ligam para o Alex, ligam para todo mundo aqui cobrando uma coisa que não dá para ser cobrado, não temos como cobrar o que é errado, só cobramos o que está certo. Entregou certo, vai ser assinado. Vocês estão conseguindo entender, não é? Então assim, é isso que eu queria deixar de recado para vocês, estamos analisando os processos da forma como eles chegam aqui e devolvendo com Comunique-se necessário. A parte da Diretoria Técnica está sendo feita e as análises dos trabalhos sociais vão começar agora para enviar os Comunique-se também dos planos de trabalho social. Já começou, na realidade na semana passada as análises planos de trabalho social começaram também pela equipe social da COHAB. Ajudem-nos, porque se tiver dúvida, se tiver qualquer problema vamos tentar colaborar, não dá para ficar dando plantão de atendimento para entidade, infelizmente não tem como fazer isso. Mas se houver qualquer problema, qualquer dúvida estamos à disposição aqui. **Sr. Miguel**: Na verdade assim, Kátia, você falou de uma coisa aí um pouco antes, bem lá no início que nesse momento é primordial e difícil de ser atingido, a questão do CADÚnico. As atualizações do CADÚnico, as pessoas estão ficando em filas de posto virando a noite em filas, se quiser eu posso dar endereço e data, um exemplo foi lá no Limão, a perua do CADÚnico deu senha para 60 pessoas, que virou a noite na rua, e não se resolveu. Então, a minha pergunta é o seguinte: Como vamos resolver a atualização do CADÚnico, se todos aqui, acredito todos, tomara que seja só eu com a nossa entidade, mas acredito que todos aqui estão com problema na atualização do CADÚnico. Nós cobramos das pessoas, e as pessoas cobram de nós. Como vocês querem que eu faça se não estou conseguindo agendar? Eu queria só ouvir de você uma orientação sobre isso. **Sra. Kátia**: Então, só deixando claro, Miguel. O Edital não prevê que você tem que me entregar a demanda fechada com CADÚnico. O Edital prevê que essa demanda tem que estar cadastrada no CADÚnico no período de pré obras. Então assim, você não precisa me entregar a demanda com o cadastro no CADÚnico. Se você ler no Edital, está a especificado lá que o CADÚnico a família tem que ter o cadastro, ela tem que ir até o CRAS, mas ela pode realizar isso posteriormente, a relação de beneficiários vai ser entregue, e o que essa família não pode ter é CADMUT e ultrapassar a renda, essa é análise preliminar da família. Até porque assim, essa análise é posterior porque ela vai ser uma análise de comercialização, tem o critério específico, existe um decreto que nós temos que atender. Então assim, todo esse critério vai ser atendido na comercialização das unidades habitacionais, e não agora. Agora nós vamos atender aquilo que nós colocamos no Edital. Encaminhou a lista de beneficiários, o social da COHAB vai analisar preliminarmente dizendo o seguinte: Não tem CADMUT, a renda não ultrapassa. É isso, essa é a análise. Não tem uma análise da demanda minuciosa, eu não vou triar sua família porque se não, vou ter que pedir toda a documentação dela aqui, RG, CPF, comprovante de residência. E nós não estamos pedindo isso, o que foi pedido no Edital? Relação de beneficiários. Entendeu? Então não tem que ter cadastro no CadÚnico agora. Aí você vai ter o período para essa família se cadastrar no CadÚnico. Claro, se você puder fazer isso o mais rápido possível será adequado, nós precisamos. Mas não é imediato e não é uma condicionante para contratar, para assinar o termo de colaboração com a COHAB. **Sr. Miguel**: Então se eu tiver uma família, um beneficiário, que não só a atualização, mas se ele hoje não tiver o CadÚnico, eu posso mandar para cá que isso não é empecilho. **Sra. Kátia**: Não é empecilho. **Sr. Miguel**: Porque estamos trabalhando com isso, Kátia, mandar tudo redondinho e as pessoas têm chorado com essa dificuldade. Então isso já é uma resposta que levamos, que é um facilitador. Obrigado pela informação. **Sr. Kiko**: O Nilson fez uma fala que todo mundo queria saber, quando é que vai contratar. Depois a Kátia fez o outro questionamento, eu fiquei na dúvida, porque falou que tem entidade que está devendo documento, etc., mas a minha entidade está tudo ok. O que impede? Eu vou ficar esperando a outra dar para depois contratar a minha? Nós queremos aqui um prazo, estipule um prazo para que todas apresentem a documentação ok e fala de fato, quem não atendeu o que estamos exigindo está fora. Não dá mais para ficar esperando, temos famílias lá falando que estamos enrolando. "Vocês estão falando isso aí porque é eleição", não tem nada a ver com eleição aqui, porque eleição daqui a pouco tem de novo, nosso trabalho é constante, nós trabalhos junto com esse governo que foi maravilhoso, vocês entenderam que tem condições de parceria com movimentos sociais, seja da direita, da esquerda, do meio, desde que queira trabalhar, E nós trabalhamos, estivemos à disposição de estar aqui quase uma semana inteira, não só pelo Pode Entrar, também pela Lei de Regularização Fundiária. E toda vez esperamos uma coisa e vai outra, vai outra. Queremos uma definição para darmos o respaldo para aquelas famílias que estão lá. **Sr. João Farias**: Nós soltamos Normativa, Portaria, Decreto, dizendo exatamente tudo o que tem que ser apresentado para poder assinar o Termo de Colaboração, ok? Estou recebendo um monte de mensagens no meu WhatsApp. "Minha entidade já apresentou tudo e está ok, por que não assina?", é bem o discurso que ouvi do Kiko agora. Então eu queria combinar um negócio aqui com a Kátia e com o Nilson. Semana que vem, segunda e terça, pegar as entidades que estão com os documentos apresentados já e fazer uma reunião, não só com assessoria técnica, eu quero assessoria técnica e o representante da entidade, porque é muito fácil a assessoria técnica falar que entregou tudo, que está ok, e não passar que o que entregou está cheio de problema. Porque assim, se não assinou ainda é porque está faltando alguma documentação do que foi apresentado. Ninguém mais do que nós queremos começar as obras. O FAR nós vamos assinar amanhã, a ordem de serviço, porque as empresas do FAR apresentaram todos os documentos necessários dentro daquilo que está a Portaria e as Normativas. Então para acabar com esse disse-me-disse, pega as entidades hoje que apresentaram documentação e estão com pendência, marca uma reunião, pega o dia de segunda inteirinho e terça, se precisar, chama a assessoria técnica e entidade, porque aí esclarecemos de uma vez e fica claro que não tem enrolação nesse negócio. Muitos depois se favorecem muito dessa questão para fazer disputa política. Estamos com dinheiro na conta, eu tenho que executar meu orçamento, para executar orçamento preciso começar com o Programa. Eu vou começar com o Programa, não vou conseguir executá-lo até o final do ano, vai sobrar dinheiro no caixa e aí vão falar que a Habitação tinha 50 milhões de reais para unidade habitacional e só gastou 5, como se a Secretaria de Habitação não quisesse gastar o dinheiro da Habitação. Então eu peço uma ajuda de vocês também, o desespero é muito mais meu do que de vocês. Eu e o Peixe estamos que nem loucos todo dia, brigando com a Kátia, com o Nilson, com a Raquel, com o Jurídico, porque nós, mais do que ninguém, queremos iniciar essas obras e queremos repassar o dinheiro. Agora, eu preciso para isso ter a segurança jurídica necessária, sob pena de começarmos e termos que parar, que é isso que não queremos, começar e parar. Queremos começar e para na hora em que a obra terminar. Então vou pedir para vocês dois fazerem esse encaminhamento, pegar os representantes das entidades mais assessoria técnica e sentar – Está aqui a documentação que apresentaram, está aqui o que pede a Portaria, isso aqui precisa ser corrigido, isso precisa ser corrigido", para podermos começar a assinar os Termos de Colaboração, que é o queremos aqui. Agora, repito, vocês precisam me ajudar a ajudar. Porque de fato eu fui para cima da Kátia e do Nilson ontem, porque queríamos por exemplo assinar o Prestes Maia, que tem uma simbologia importante para o Programa, e aí os dois me mostraram porque não dá para assinar. Falaram – Já dissemos que não dá para ter isso, não dá para ter isso. Aí fica difícil. Também não podemos fazer milagre. Eu preciso que vocês tenham esse entendimento e peço essa colaboração. Semana que vem as entidades com assessoria técnica, com Nilson e com Kátia, para solucionarmos de uma vez por todas para podermos marcar, se não na próxima semana, pelo menos na outra, assinaturas já com algumas entidades e, consequentemente, a Ordem de Serviço para início de obras, que vamos fazer sexta-feira no caso do FAR lá do Lajeades e do Forte do Rio Branco. Eu queria pedir licença, tenho uma reunião com a equipe do Fantástico, para variar vem porrada aí. **Sr. Kiko:** João, mas manda pelo e-mail? **Sr. João Farias:** A Kátia e Nilson até quinta, sexta, amanhã mandam para todo mundo o horário e data da reunião. O Presidente se puder ficar aqui junto com o Leo, Kátia e Nilson para tocar a reunião aí, se eu não conseguir voltar, prazer em vê-los, está bom? Falamos. **Sra. Mariza:** Mas para falar assim, acho que as entidades fizeram grande esforço, desde a questão do projeto do Programa Pode Entrar, nos reunimos, fizemos várias reuniões, era para ter sido assinado faz tempo, você sabe bem disso. Então todos nós fizemos esforço e queremos que sejam contratadas as entidades o mais rápido possível. Isso o que o Kiko falou é uma preocupação nossa. Vamos embora. Mas foi um trabalho muito árduo. Kátia, você estava falando a questão das entidades, o João falou também que vai fazer reunião, claro, se as entidades estiverem com pendências para tratar, junto com assessoria técnica, mas mesmo assim ficamos sim preocupados. De fato, vocês têm previsão de quantas entidades já estão aptas para fazer a contratação? Vocês têm isso já bem claro? As entidades estando aptas, qual a data para começar? Também estamos desesperados, é isso o que Miguel falou, todas as reuniões que fazemos as famílias perguntam – Quando vai começar a obra? Então precisávamos sair daqui sabendo mais ou menos qual a perspectiva de data para contratação. A terceira coisa, uma preocupação nossa enquanto movimento, quando teve aquela atividade com o Secretário falando do lançamento do Programa, ficou de o Secretário do SMUL apresentar o Referendo sobre a suspensão dos alvarás para contratação, como está essa conversa, isso pode atrapalhar a contratação do Pode Entrar? Queríamos saber essas três preocupações nossas enquanto Movimento de Moradia. **Sra. Kátia**: Primeiro, não podemos dar data para um processo que depende mais de vocês do que de nós. Não existe uma data, não tem como eu prever uma data, o Presidente da COHAB prever uma data, o João prever uma data. Eu preciso que a documentação esteja correta para que nós marquemos a assinatura. Até porque assim, a documentação estando correta, aprovada pela equipe técnica da COHAB, equipe técnico-social da COHAB, nós vamos publicar a habilitação da entidade, no caso as empresas precisam estar cadastradas, então a assessoria técnica da entidade, tanto social quanto a equipe que elaborou o projeto, se foi a construtora, a construtora, empresa, também tem que estar cadastrada na COHAB, então isso também impede a assinatura do Termo de Colaboração. Então tem vários passos que têm que ser seguidos, isso está previsto no Edital. Esses passos estão previstos no Edital, né? Então depende mais de vocês do que de nós. Hoje eu não tenho nenhuma entidade apta, nós esperamos que depois dessa análise dos trabalhos técnicos-sociais que foram entregues, tem uma entidade que parece que está com tudo correto, com tudo certinho, mas falta a análise do trabalho técnico-social, o caso do PTS, PTS dessa entidade. Então estamos aguardando essa análise para verificar a possibilidade da assinatura do Termo de Colaboração desta. O restante está com documento faltando, assessoria técnica está com algum problema, a própria construtora está com alguma pendência. Então existem pendências que têm que ser sanadas, nós temos que corrigir as pendências para que ocorra a assinatura, se não, não tem como, né? Não tem como prever, Mariza. Não dá pra eu te dar uma previsão disso. Eu queria dar datas – Gente, vamos assinar, tal. **Sr. Alexsandro:** Pessoal, boa tarde a todos, cheguei um pouco atrasado, estava em outra reunião. O Secretário foi bem claro aqui. Ninguém mais, tirando vocês, obviamente, ninguém mais do que ele e eu, nosso Secretário também aqui, óbvio que a Kátia e o Nilson, queremos isso. Então depende mais de vocês, é o que o Nilson falou, se apresentar agora aqui, sendo habilitado, acabou. Eu sugiro para vocês fazerem um mutirão, aí não adianta apresentar qualquer coisa que vai ser recusado. Não adianta. Não está 100%, nem apresenta, porque vai perder tempo de vocês e nosso. Está faltando aqui, não adianta, é papel, é burocracia, papel, porque se não, nós vamos responder, vocês vão responder, vai ter que parar o programa, não adianta, não adianta. Não depende só de mim e do Secretário ou da nossa equipe técnica. Você vê, nós conseguimos aprovar a lei, fizemos tudo, o Programa está de pé, está redondo, não estamos apanhando. Mais ou menos, o Tribunal de Contas. Enfim, é outra compra. Gente, tem o recurso. Vocês querem mais coisa que isso? Nós pegamos a Prefeitura sem dinheiro, zero, em débito de 8bi e nós estamos com recursos para compra, para fazer, para pagar unidade, isso é uma gestão master do Bruno Covas e do Ricardo Nunes, é impressionante isso. Tem recurso. O problema não é dinheiro, sempre foi. Vocês não estão acostumados a dizer que nunca tem dinheiro? Prefeitura não tem dinheiro, não pode fazer, não tem dinheiro, não tem dinheiro. Olha só, é o contrário. Nós estamos com dinheiro na conta, é só fazer, agora vocês precisam também se dedicar, sentar todo dia, ver o que falta. E se precisar de ajuda para conduir alguma coisa, estamos aqui 24 horas à disposição. O Secretário responde o Instagram dele, eu também respondo para todo mundo que me aciona, muitos aí me acionam lá e eu respondo na hora. Eu respondo na hora, quem mandar mensagem para mim eu respondo na hora. **Sra. Daniela**: Boa tarde, meu nome é Daniela, representando aqui o Sinduscon, tenho três perguntas aqui. A primeira, como vai ficar o chamamento das 45 mil unidades de compra, Secretário, o senhor falou um pouquinho aí, Presidente, se puder nos falar como vai ficar. O segundo, encaminhamos uma orientação que na última reunião foi sobre o Nossa Casa Apoio, lá do Governo Estadual, que tem aquela resolução, né, Kátia? Temos que cadastrar aqui na Prefeitura para que possa ser publicado e aí a Prefeitura fazer o encaminhamento lá para o Governo. Mas o e-mail nossacasaapoio@prefeitura está voltando com problema. Os empreendimentos que nós cadastramos não têm o número de um CEI, um número de protocolo e nenhuma data de quando ele vai ser publicado ou avaliado, então os empreendimentos que nós estamos protocolando aqui na prefeitura, queríamos saber como vai ser, quem vai dar retorno, quando vai ser encaminhado para o Governo Estadual. Ontem estivemos com o Secretário Flávio Amary, ele disse que tem votação para dar o Nossa Casa Apoio e precisamos agora que a Prefeitura siga o trajeto normal da resolução. O terceiro pedido é que acho que ontem foi aprovado PIU Central na Câmara, então queríamos saber se o pessoal da São Paulo Urbanismo pode trazer aqui para nossa reunião uma apresentação de como ficou o texto final, como vai ficar o HIS tratado dentro do PIU setor central, quais são os incentivos que foram aprovados. **Sr. Alexsandro**: Obrigado pelas perguntas, tenho a oportunidade de esclarecer, inclusive. Eu acho que essa questão, podemos pedir sim, tanto o Secretário pode entrar em contato ou eu, pedir para o pessoal da SP Urbanismo já apresentar aqui. Um avanço muito grande para o Centro, é revolucionário até, o Centro precisa disso, São Paulo é uma cidade antiga e o Centro ficou muito degradado e agora estamos tentando melhorá-lo a cada dia que passa. Com relação ao Programa Pode Entrar, da aquisição, nós temos a suspensão do Tribunal de Contas, então o Secretário e eu estamos trabalhando lá com o Tribunal de Contas para liberarmos o quanto antes o Programa, tecnicamente, para podermos avançar, comprar as unidades que tiverem no mercado e ai a COHAB financiar para os mutuários diretamente. Pode ter certeza ninguém mais do que nós aqui também queremos que isso saia do papel. Eu não passo uma hora sem pensar nisso. O Secretário João Farias com certeza. O Secretário Adjunto aqui também com certeza. Nós não passamos um dia, uma hora, sem tratar desse assunto, uma ligação, o Prefeito cobrando. O WhatsApp aqui é o dia inteiro com o Prefeito, como o João gosta de falar, o Prefeito é alucinado por Habitação. E eu e o João ficamos o dia inteiro com o Prefeito, ele me cobra, cobra o João, estamos trabalhando muito aí para tudo dar certo. Agora, não depende também só de nós, temos um Tribunal de Contas atuante, que está lá com lupa em tudo, nós estamos lá respondendo tudo direitinho, fazendo, eu estou otimista que em breve, mais alguns dias destravamos isso. E aí vamos para o mercado para... até infelizmente acho que não tem 45 mil unidades no mercado, mas nós vamos lutar para comprar o máximo que der. Então é as Entidades, a PPP, vamos unir todas as forças para entregarmos o máximo de unidades que pudermos para a população que precisa e atender a todos vocês. **Sra. Kátia**: Vou responder a do Nossa Casa Apoio, eu até pedi para a técnica de Deplan descer aqui, para eu saber o que está acontecendo, porque é estranho e e-mail estar voltando. Provavelmente é porque deve ter subido muita documentação por e-mail e deve estar travando, então ele volta, se não fizer uma limpeza na caixa, realmente deve estar voltando, isso é administrado pelo Departamento de Planejamento, como eu coloquei na última reunião. É desse jeito mesmo, o fluxo é esse, até porque o fluxo foi construído por aquela portaria que eu encaminhei para vocês aquele dia, vocês viram. Realmente, o Flávio tem recurso sim, nós falamos com ele, com o pessoal da Secretaria Executiva lá de Estado, estamos tratando com o pessoal lá. Tem o recurso e eu vou verificar o que está acontecendo. Porque realmente, eu desconhecia essa informação. Quando for assim, você até manda uma mensagem que resolvemos isso mais rápido, que às vezes esperar a reunião do CMH pode prejudicar o andamento do processo para vocês. Pode mandar uma mensagem para mim que eu procuro ver, o Secretário Adjunto também está auxiliando nas interlocuções com o Planejamento. **Sra. Ana Maria**: Kátia, ela já mandou e reiterou, e já mandei novamente para o Secretário Leonardo para atender todos os planos, que já tinha mandado anteriormente logo após a última reunião, onde ela fez essas mesmas colocações. **Sra. Kátia**: Sim, é que a colocação da Dani foi outra na reunião. O que você colocou no apontamento hoje é que não está subindo documentação no sistema, certo? **Sra. Daniela:** É que a Instrução fala duas coisas. Fala primeiro para entrarmos no sistema para colocarmos os dados do empreendimento. Isso está funcionando, ele abre lá um Google Forms, que você preenche os dados da APF do empreendimento, endereço, tudo certinho. Isso fazemos. Mas ele não dá um número de um SEI, então nós ficamos meio sem saber. Aí ele fala na Instrução Normativa que depois de instruir os dados, temos que nos comunicar com a Secretaria, com o Deplan, através desse e-mail nossacasaapoio@prefeitura. Quando mandamos, porque já faz uns 45 dias que eu fiz o cadastro do empreendimento, quando mandamos o e-mail para falar – E aí, vai publicar no Diário Oficial, já fez o encaminhamento? Porque eu ligo lá na Casa Paulista para a Maiara, para o Ricardo e eles falam – Não está cadastrado ainda. Eu mando esse e-mail para cobrar e o e-mail volta me dizendo que não tem esse usuário. Então é isso que está faltando, eu saber se a inscrição que eu fiz, vai lá para o Estado? **Sra. Kátia**: Estou achando estranho porque todos os empreendimentos cadastrados no sistema já foram para o Estado. E assim, isso eu acompanhei de perto porque quem faz isso é o próprio Diretor de Deplan, assim que ele chegou, porque ele chegou recentemente inclusive, ele é um Diretor novo, assim que ele chegou, primeira coisa que ele fez, acho que foi o primeiro ato dele, foi encaminhar toda a documentação do Nossa Casa. Ele encaminhou primeiro para assinatura do Secretário e tudo mais, por conta daquela questão da Portaria que o Prefeito assinou e encaminhou para a Secretaria do Estado da Habitação, Então eu vou verificar mesmo, o Secretário vai levantar, mas eu acredito que esteja havendo algum engano. **Sra. Daniela**: Está bom. Obrigada. **Sra. Kátia**: Vamos verificar sim, está bom? Só um pouquinho. A Mariza perguntou sobre o auto declaratório, né? Acabou ficando sem resposta porque ela levantou a mão, começamos a falar de outro assunto, só para responder sua pergunta, o auto declaratório, quando aconteceu aquele ato por conta do lançamento do Pode Entrar Entidades, acabou se assinando uma Portaria e na semana seguinte nós descobrimos que isso deveria ser publicado via Decreto. Isso tem que ser um Decreto. Foi informado para algumas entidades que questionaram pontualmente, tanto no celular quanto numa ligação que fizeram para mim, eu expliquei, por se tratar de um Decreto, é um ato diferente de uma Portaria. Uma Portaria o próprio Secretário vai e assina, não é uma Portaria do Prefeito, é uma Portaria do próprio Secretário e acabou que nós estamos concluindo, por quê? Porque existem alguns empasses com relação ao auto declaratório, estamos criando também uma sala técnica de apoio para aprovação de projetos, porque além, do auto declaratório, nós temos a questão de projetos mais complexos, por conta do parcelamento de solo, que esbarra na Secretaria de Verde e Meio Ambiente. Não é só o licenciamento em si, quem aprova projeto sabe muito bem disso. Então estamos criando uma sala de apoio. Por conta dessa sala de apoio, inclusive a reunião sobre esse Decreto foi ontem, estamos concluindo o texto desse Decreto para encaminhamento ao Prefeito para que ele seja publicado. Então aguardem mais um pouquinho que vocês terão notícias boas em breve. Está bom? Está sendo construído também, porque ele tem que ser pensado de uma forma abrangente. Não só na modalidade entidades, mas também na questão do próprio processo de aquisição de unidades habitacionais, que o Presidente Alex Peixe citou agora. **Sra. Uranide**: Então, Kátia, uma das perguntas que eu ia fazer era exatamente isso. Fico muito contente, não é, gente? De saber aqui a vontade e a força-tarefa. Ficamos assim, até enquanto movimento, muito satisfeitos mesmo de ver que realmente essa força-tarefa para que realmente o Pode Entrar saia do papel e vá para a prática mesmo. Porque por enquanto ele está no papel. E que felicidade que vemos desse lado aí toda essa vontade, apostando as fichas de vocês numa coisa que pela primeira vez, historicamente, em São Paulo tem uma política pública de moradia de São Paulo, que é diferente de programa de moradia. Historicamente, os companheiros estão aqui, eu acho que é pela primeira vez. E nós temos obrigação de zelar, de sermos guardiões desse programa, a próxima gestão que vem eu acho que vem com essa responsabilidade, assumindo isso, o Programa, política pública de moradia no Município de São Paulo para famílias de baixa renda. Eu acho que isso é um avanço muito grande, eu fico muito feliz. E minha pergunta era sobre o auto declaratório, a Kátia já acabou de responder. Só gostaria, na pergunta dela, se ele vem totalmente com uma... não sei usar a palavra certa, juridicamente, ele vai ter tudo? Porque ouvi alguns comentários que juridicamente isso talvez desse problema

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 28 de outubro de 2022 às 05:00:47

para nós lá na frente. Então você respondeu minha pergunta, só faltaria completar esse pedacinho. E ao mesmo tempo, minha pergunta é de novo para você, sobre uma reunião que nós tivemos online, viu Kátia? Tivemos uma reunião online, a próxima eu não consegui entrar, mas se fala da análise das famílias, que era uma primeira e que você falou que teria uma segunda análise, que todo mundo ficou muito preocupado, estamos todos preocupados, e ficou de se marcar uma reunião e vermos o que podemos fazer, porque principalmente quem faz autogestão, a família está ali trabalhando nesse projeto e quando vai para uma segunda análise por algum motivo ela não vai passar. Então é uma coisa muito preocupante, nós ficamos muito preocupados com isso e estamos aqui hoje querendo saber qual vai ser daqui para frente. Porque enquanto movimento, Secretário e Conselho, CMH, essa questão achamos que já tínhamos superado, seria apenas a primeira análise e naquela reunião você colocou que seriam duas análises. Então eu gostaria de saber como está isso. Está bom? É isso, gente. **Sr. Alexsandro**: Uranide, primeiro, muito obrigado pelas palavras. Acho que se todo mundo pudesse ter esse sentimento de justiça, de o tanto que a Prefeitura tem feito, de o tanto que o Prefeito Ricardo Nunes cobra, de o tanto que se está fazendo a COHAB, SEHAB, que nunca se fez na vida, se vocês pudessem repassar isso para frente, até como justiça, eu acho que é muito bom. E vocês fazem parte disso. É um trabalho em conjunto. Acho que é justiça com o Prefeito, porque aí fora todo mundo só reclama. O Prefeito às vezes fala – O pessoal pega o WhatsApp e Instagram e só reclama. É gostoso só reclamar, mas quando tem coisa boa nós temos que falar também. E como você falou da próxima gestão, a próxima gestão vai ser a mesma gestão, nós vamos trabalhar para continuarmos trabalhando para cuidar de vocês. Eu queria ressaltar a presença da nossa competente Secretária de Gestão, Marcela, muito obrigado pela presença, Secretária, é um privilégio, uma Secretária competente, trabalhadora, minha colega advogada, está me ajudando. A Prefeitura nunca fez tanto, todo dia tem notícia boa, todo dia tem entrega, amanhã nós vamos entregar, vamos trabalhar. Todo dia tem coisa boa na Prefeitura de São Paulo, não tem só coisa ruim como muitos olham, então temos que aproveitar também e valorizar as coisas boas. Agora, a resposta técnica é sua. **Sra. Kátia**: Primeiro, deixa eu falar das famílias, vocês ficam bravos, mas me deixem explicar uma coisa para vocês. Eu entendo a preocupação de vocês, entendo que vocês querem garantir o direito da família que está trabalhando no regime de autogestão, principalmente no regime de autogestão, mas vocês têm que entender também que o Município tem critérios específicos para comercialização de unidades habitacionais, aprovados, eu não posso, eu Kátia, eu Nilson, eu Secretário, eu Alex Presidente da COHAB, eu Secretário Adjunto Leonardo, nós não podemos simplesmente passar por cima do que existe e chegar aqui e falar o seguinte – Olha, você vai demorar 24 meses para construir o empreendimento, eu vou aprovar sua demanda na hora em que você me entregar essa relação de beneficiários. Primeiro, existe uma análise prévia de documentação, porque se não, ninguém assina Termo de Colaboração nenhum aqui, gente. Já vou falar logo de cara para vocês aqui, porque eu sou muito direta, meu negócio é pá-pum. Quem me conhece sabe muito bem. Se partimos para análise individualizada dessas famílias para assinatura do Termo de Colaboração, ninguém assina nada. Partimos desse princípio. Que era o que se previa no Edital anteriormente. Segundo ponto, a comercialização dessas unidades habitacionais vai se dar com os critérios que estão amparados pelo Decreto, Decreto de Seleção de Demanda, que foi inclusive publicado especialmente por conta da criação do Programa Pode Entrar. O Município já precisava de um Decreto, porque nós atendiamos a demanda de Habitação por meio de uma Resolução do CMH, por meio de uma Portaria da Secretaria de Habitação, que acabava sendo meio que critério conjunto e utilizava os critérios nacionais. Hoje nós temos um decreto que nos ampara para o atendimento habitacional em São Paulo. Nós, nós Poder Público, que hoje eu estou Poder Público, estou, não sou, estou Poder Público, nós temos que ser amparados por esse decreto, não tem como aprovar uma demanda hoje e daqui dois anos simplesmente não fazer nenhum tipo de análise. Vocês estão conseguindo entender? Até porque isso complica avida de quem está realizando o processo do lado de cá. Nós temos que ter no mínimo um senso. Como a COAHB vai comercializar essas unidades habitacionais daqui dois anos sem fazer uma consulta, sem nada? Nem a Caixa faz isso. Vocês vão me dizer que a Caixa faz análise das famílias hoje e quando vai assinar o contrato não analisa nada? **Sr. Alexsandro**: A COHAB é muito melhor que a Caixa, né? **Sra. Kátia**: Partindo também, vou falar que nem o Secretário João Farias, que ele usa muito essa palavra, vamos ser bem objetivos aqui, a Caixa Econômica Federal nem dava para vocês essa abertura toda, hoje vocês participam desse processo, o processo é todo aberto para vocês, isso foi construído de uma forma com os movimentos sociais, tem coisa que dá para fazer. Eu falei para a Evanisa no dia que conversamos, em uma das reuniões – Evanisa, tem coisa que dá, tem coisa que não dá. A mesma coisa falei para a Nete. Tem coisa que dá, tem coisa que não dá. O que dá, tem amparo legal para ser feito, beleza. O que não tem, o que não dá para ser feito, infelizmente não tem como. Entendeu? Se eu vou utilizar esse critério para atender a demanda específica do Município, por que vou fazer o contrário com a entidade? Eu vou justificar como? – Olha, desculpa, gente, eu vou triar a demanda da entidade agora, meio daquele jeito, mas na hora de comercializar eu não vou ter critério nenhum e quando eu for atender à demanda do Município na comercialização, a COHAB vai ter que fazer uma análise dessa demanda? Sendo que são famílias, quase 22 mil famílias, ou até mais, eu não tenho o número correto aqui. 22 mil famílias em auxílio aluguel, que quando as unidades habitacionais estiverem prontas, elas vão ser atendidas com unidade habitacional, tem o critério do Município, aí essa demanda eu vou ter que aprovar na comercialização? A demanda da entidade, que teve todo um amparo do MROSC, que teve todo um processo construído participativo, eu vou colocar e vou atender a demanda dela com uma triagem preliminar agora? Não dá. Vocês estão conseguindo me entender? Que eu não tenho justificativa para isso? Nós até tentamos, você acha que não fomos para a mesa discutir, equipe técnica, jurídico, mas não existe essa possibilidade, porque a comercialização se dá na entrega da unidade habitacional. Quando a unidade habitacional está pronta você comercializa, porque quando você comercializa as famílias já começam a pagar. Estão conseguindo entender? Eu não tenho como. Não existe uma justificativa jurídica para que façamos isso. É um ponto. Agora, eu não entendi direito o que você falou antes. Era só essa dúvida sobre as famílias? **Sra. Uranide**: Sobre as famílias era isso. Voltando ao auto declaratório, é se ele vai ter aparato jurídico que nos garanta futuramente?. Nós sabemos que ele não substitui o alvará, que ele é enquanto as entidades que tiverem problema solucionam seus problemas, ele não vem a substituir, isso é claro. Mas ele tem aparato jurídico, não vai dar problema na frente? É só para clarear. **Sra. Kátia**: Na realidade, o auto declaratório é um ato para que a pessoa se responsabilize pela aprovação do projeto e posteriormente a execução dessa obra. Só que existem licenças prévias que são indispensáveis, até porque eu tenho uma legislação que prevê isso, entende? Então o auto declaratório só serve para um terreno que é livre e desembaraçado, eu não consigo aprovar por auto declaratório um terreno que tenha problema ambiental, por exemplo. Um terreno que tem problema ambiental não pode ser aprovado por um auto declaratório, porque primeiro tem que sanar as pendências ambientais para eu conseguir aprovar. Então tem toda uma questão aí que tem que ser tratada, que não podemos fugir. Por isso a ideia foi criar a sala de apoio para aprovação desses projetos, porque aí você reúne uma sala de apoio intersecretarial, com dois técnicos de cada Secretaria, Secretaria de Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, por conta da questão do Condephaat, Conpresp, e outros Cons que existem. Você reúne a equipe da COHAB que participa diretamente desse processo Entidades e outros Chamamentos que vão sair pela própria COHAB, equipe da Secretaria de Licenciamento, equipe da Secretaria de Habitação, então você reúne uma série de técnicos que vão, dentro do decreto, ser obrigados a analisar os processos com celeridade, até por conta da meta do Prefeito, entende? Não só da meta do Prefeito, da meta do Município de entregar 49 mil unidades habitacionais até 2024. É uma meta do Prefeito, é uma meta do Município, é uma meta nossa, atender o maior número de famílias com unidades habitacionais aqui. O auto declaratório tem seus facilitadores e a sala de apoio vai facilitar o andamento dos processos, porque não daria para dispensar Graprohab por exemplo. Não dá. Então você tem que passar por determinadas coisas que não temos como dispensar. Graprohab é assim, aprova aqui, depois vai para lá, manda para cá, fica aquela coisa. Tem CETESB, tem outros órgãos que estamos tratando dessa questão pontualmente, até por isso que o Decreto não saiu, está tratando com CETESB, tratando com o pessoal do Estado para verificar a possibilidade de trazer um técnico de lá para cá, estamos verificando essa possibilidade, não é tão fácil porque isso exige um convênio, exige uma questão jurídica também, mas estamos estudando a possibilidade de tentar acelerar esse lado de lá também. **Sra. Juliana**: Ana, se puder me inscrever de novo, eu tenho outro assunto, mas para não quebrar a discussão sobre o Pode Entrar. Kátia, eu nem ia falar sobre o Programa, mas agora você falando sobre a questão da avaliação das famílias, fiquei com uma dúvida. Só para entender. O entendimento hoje que existe dentro da COHAB é de que não poderia ser feito que nem era feito no Minha Casa Minha Vida, que as famílias fazem uma adesão prévia ao Programa aí junto à Caixa, assinam aquele termo provisório com a Caixa e isso garante essa primeira avaliação delas até a contratação final, assinatura do Contrato de Compra e Venda com Alienação. Então não teria essa etapa prévia de análise e assinatura das famílias desse Termo de Funcionamento do Programa. Então fico imaginando, as famílias que participam desse processo de autogestão com mutirão, por exemplo, há o risco de essas famílias ficarem 2 anos, 2 anos e meio ali participando ativamente até, no mutirão, e chegar seis meses antes da assinatura de um contrato, antes da comercialização e ter alguma mudança, ou na composição familiar, ou na renda, etc., e isso o que significa? A família tem que ser substituída ou a comercialização vai ser a partir dessa realidade dela? Então, vamos supor, quando ela fez a adesão ali, quando ela começou a participar da entidade, ela era Faixa 1, ela tinha aí uma renda até o limite da Faixa 1. depois, ao longo desse processo, desses anos, ela teve uma mudança familiar ou na renda dela que faz com que ela, por alguma diferença, por exemplo se enquadre numa Faixa 2, o que significa? A comercialização dela vai ser feita nas regras de um Faixa 2, ou ela seria uma família que teria que ser substituída desse processo de participação? **Sra. Kátia**: Ela teria que ser uma família substituída do processo de participação. Por quê? O que acontece com o Pode Entrar no caso da modalidade Entidades. Temos um critério para seleção dessa demanda, para priorização dessa demanda, como ela é uma demanda fechada, nós chamamos de demanda fechada porque a Entidade já tem essa demanda e nós entendemos que ela já foi triada, que vocês já estão acompanhando, existe um trabalho social da própria Entidade com essa demanda e se prevê um trabalho social com essas famílias no período de obras, então assim, essa orientação técnica-social vai ser feita pela Entidade, pelo corpo técnico dela. Não podemos entrar nessa esfera de assim – Olha, você fez todo esse trabalho, por conta da composição, eu entendo o que você está querendo dizer, entendo principalmente do processo de autogestão, que é um processo em que a família participa do pré-obras, ela inclusive coloca a mão na massa em alguns momentos e tudo mais, mas existe o Decreto. Esse Decreto diz que a família tem que ter uma renda bruta mensal de até três salários mínimos, se ultrapassar a renda bruta mensal de até três salários a família está fora do critério. Um dos pontos. Se essa família tiver CADMUT, porque exatamente por isso que nós não podemos hoje fazer um filtro e depois não realizar nenhum tipo de consulta, nenhum tipo de análise. A análise de uma família demanda tempo. A análise de comercialização, principalmente de grupos em massa, você imagina, duzentas unidades lá, duzentas unidades do Carolina, quinhentas não sei de onde, cento e cinquenta, são muitas famílias para você analisar dessa forma pontual, a Caixa se mata, ela analisa essa documentação e eles têm não sei quantos técnicos para fazer essa análise e eles praticamente só fazem isso, eles têm um departamento específico só para fazer esse tipo de análise. E vai demorar muito, é um processo muito moroso. Eu teria que exigir o CadÚnico. Digo eu, não sou eu Kátia, somos nós aqui, Secretaria de Habitação/COHAB. Teria que ser exigido CadÚnico, você teria que fazer uma série de exigências que os próprios movimentos sociais pediram para não exigirmos. Eu não exijo nada e do outro lado eu cobro tudo, Ju, então não dá. A forma que nós tivemos de construir e acelerar tudo isso foi essa. Entende? Foi de aprovar uma lista preliminar, nós tiramos a obrigatoriedade de apresentação da suplência, que já foi uma reinvindicação dos movimentos sociais, vocês sabem que isso constava na lista, tinha que ter 30% da suplência, tiramos a pedido dos movimentos. Hoje não necessitamos aprovar 100% da demanda, aprovamos 70% a pedido dos movimentos, nós aceitamos que os 30% da demanda remanescente fosse aprovada em momento posterior, apresentada em momento posterior. Isso tudo foi construído com os movimentos sociais, só que não dá para ter tudo. Eu quero o mundo inteiro. O mundo inteiro não vai rolar. E a comercialização tem que se dar quando a unidade estiver pronta, quando a empresa ou a própria entidade concluírem a obra e disserem – Tudo certinho, tudo maravilhoso, vamos comercializar as unidades habitacionais. E aí você vai lá, faz análise individualizada das famílias, isso vai estar sendo trabalhado já pela própria COHAB, seis meses antes essas famílias vão ser chamadas. Então não é à moda Bangu também. Não é daquele jeito. Vai chegar em cima da hora e vai analisar, não. Vai ter um processo de análise, seis meses antes de a obra ser concluída essas famílias já têm... até porque tem a questão da gestão condominial, que quem participa do processo do trabalho social sabe. Então tem toda uma construção que é prévia, então falamos no final da obra, não, não é no final da obra, é no período de pré-obra que essa demanda vai ser aprovada, mas não vai se dar nesse momento, entendeu? Não dá para ser agora, já. **Sra. Marisete**: Em primeiro lugar, queria parabenizar a equipe de COHAB e SEHAB, que tem aí se esforçado bastante para que esse programa realmente possa entrar, estamos torcendo por isso, estou vendo o esforço da equipe. Uma dúvida, Kátia, que tenho é em relação ao contábil, quem faz, quem coloca a contabilidade lá? A Entidade ou a empresa que vai ser contratada? **Sra. Kátia**: Vamos lá, existe uma separação do contábil para Entidade que optar a modalidade cogestão e para Entidade que optar pela modalidade autogestão. O que fizemos, como a modalidade da autogestão é uma modalidade mais complexa, tem a questão da prestação de contas, que vai ser acompanhada mais de perto, nós fizemos uma previsão de que eles precisariam de uma assessoria contábil. Então nesse caso a assessoria contábil é obrigatória. Então a modalidade autogestão prevê assessoria contábil como obrigatória. No caso da cogestão, como você contrata uma empreita, você não vai necessariamente precisar de uma contabilidade para acompanhar isso, porque a empresa tem condições suficientes para dar o suporte contábil para ela mesma, né? Se ela foi contratada é porque ela tem capacidade para construir, inclusive para gerir isso tudo. Então quem vai apresentar essa contabilidade é a empresa que foi contratada pela Entidade, automaticamente, eu não necessito de uma assessoria contábil. Entende? Até porque a autogestão é uma modalidade mais complexa, tem que ter acompanhamento direto de um profissional. Então quem contrata é a Entidade no caso da autogestão e no caso da cogestão não tem obrigatoriedade de apresentar nada relacionado à parte contábil pela construtora que está sendo contratada, mas necessita do acompanhamento por conta da prestação de contas que vai ser realizada também, mas isso é por parte das empresas. Por isso que todas elas, cada empresa, tanto assessoria técnica, social, quanto assessoria técnica na parte de elaboração de projetos, cada uma delas tem que ter sua própria assessoria contábil. **Sra. Marisete**: Sim, mas aí no caso o valor da verba que vai cair na conta da Entidade, vou dar o exemplo do Social, vai cair na Entidade, vou fazer o repasse. Certo? **Sra. Kátia**: Sim. **Sra. Marisete**: E aí a assessoria social vai me dar uma nota. Como vai se dar essa prestação de contas? Porque eu vou ter que colocar essa nota na prestação de contas, acredito que vamos ter que abrir uma conta específica para receber esse dinheiro. **Sra. Kátia**: Isso. **Sra. Marisete**: E vai ter que ter uma contabilidade para fazer esse trâmite aí, porque vai ter que ter uma prestação de conta do valor recebido pela Entidade. **Sra. Kátia**: É o que chamamos de balanço, é um balanço, é isso o que o pessoal confundiu muito, que o MROSC cobra um balanço seu, é porque assim, todos eles vão ser contratados por preço certo total, porque está previsto no Edital os valores específicos, entendeu? Podem ser menores, só não podem ser maiores. Então é até 2,5% para tal coisa, até 0,5% para tal coisa. Então existe lá os valores que você pode utilizar para cada item previsto no Edital. A questão é que essa contabilidade quem faz? É quem está te dando suporte. É sua assessoria técnica, entendeu? Então a assessoria técnica já tem que ter a contabilidade pronta. Você contratou uma empresa de trabalho social para elaboração do plano e execução do trabalho, você sabe que essa empresa vai ter que emitir uma nota por esse trabalho que ela está prestando. Por exemplo, ela vai ter que te entregar isso tudo pronto, porque você vai contratar para fazer tanto um quanto outro. Ela inclusive vai ter que prestar contas do que ela está fazendo e apresentar essa prestação de contas para a COHAB. Espera que o Nilson vai falar um pouquinho. **Sra. Marisete**: Só fazer mais uma perguntinha. Então no caso eu vou ter que fazer uma conta específica, receber isso, vou pagar, vou receber a nota. Eu posso colocar essa conta, essa nota, na minha prestação de contas geral da Associação? Porque eu tenho convênios com a Prefeitura com creche, é um para cada conta. Então eu tenho uma conta para cada creche, uma conta para o telecentro e uma conta que é para a Associação, que é o geral da Associação. Então eu tenho 5 prestações de contas que faço diferentes que no final junta no balanço. É isso que estou querendo saber. Eu posso juntar isso no balanço depois? Vai entrar na conta geral da Associação? **Sr. Nilson** No caso estamos falando assim, com exceção do comecinho do Programa, em que eu vou pagar projeto técnico, essas coisas, e o trabalho, o Programa até o plano de trabalho social, no caso da cogestão, passou essa fase eu tenho duas notas. Uma da empreiteira e uma da coisa. É só isso que tem. **Sra. Marisete**: Então eu posso colocar na conta geral. **Sr. Nilson**: Sim, é simples, uma prestação de contas simplória do saldo da conta com o cruzamento de lá que tem, é simples. **Sra. Marisete**: Conciliação bancária. **Sr. Nilson**: Isso, só isso. **Sr. Miguel**: Só para tirar algumas dúvida Kátia, quando você fala que a Caixa Econômica não dá essa abertura, em todos os Programas se dá abertura. Isso é via Conselho, como era o acesso a essa discussão com a Caixa? Através do Conselho do Ministério da Cidade, O Conselho que fazia essa discussão para os Programas da Caixa, correto? Não há isso hoje? Sra Kátia: Lógico que não há. Porque o cidadão acabou com o Ministério da Cidade, então não tem Conselho também, correto? É louvável que aqui no Governo Municipal nós mantemos o Conselho, por onde se dá essa discussão? Via Conselho. O Conselho teve participação nesse Programa desde os primeiros passos até hoje, e espero que tenha até o final. Essa gestão, a próxima gestão e as próximas gestões, porque o Programa, e digo que isso é louvável do Programa, porque sempre falamos Programa e estamos falando errado, não é um programa, ele era um Programa e hoje ele é uma Lei. A Cidade de São Paulo, através do Governo iniciado com o Bruno Covas, depois na atual gestão, junto à Secretaria que o João era Secretário, depois não foi Secretário, depois retrocedemos 1 ano de Programa, depois voltou o Joao e retomamos e o Conselho, a cidade hoje tem uma Lei Habitacional, não é mais um Programa, então seja A, B, C, D ou F o Prefeito, ele tem uma Lei, que é uma lei para a cidade. Isso nós não podemos menosprezar porque é um mérito dessa gestão e da gestão compartilhada com o Conselho. A questão que sempre vamos voltar e sempre você vai ouvir isso, a questão das famílias. Entendemos, mas não compreendemos. Então o seguinte, como você pega uma família hoje que tem família que está conosco desde 2016, aí essa família vem junto aqui, vai para obra e tal. Lá naquela situação a família estava dentro do Programa, vamos usar o exemplo, a menina era solteira, casou, não tem jeito, tem que juntar a renda, como ela faz esse processo todo e chega no final ela está fora? enes fatos assim em família, a família melhora de renda. Porque nós pensamos hoje com o custo de vida que temos que quem ganha três salários mínimos, está bonito no pedaço, não está, é engano. Para o Programa naquele momento seria bem legal, mas hoje já está defasado. Então essa discussão, o que nós perguntamos aqui, qual meio termo nós conseguimos fazer? Porque não dá para você chegar lá na família e falar – Não, você está fora, você estava dentro, hoje você está fora. Nós ficamos numa luta o tempo todo, as pessoas estão vendo que está para começar a coisa e aí você vai lá e diz – Está fora. É esse tamanho dessa condição que estamos colocando, quando você coloca, substitui, sei lá, tira a família ou substitui a família, é uma possibilidade. Mas muitas pessoas não têm como substituir. Ou as pessoas vão ter e fazer o que? Então eu acho que nós poderíamos estudar juntos aqui. Eu lembro naquela última reunião, ficou de ser feita uma proposta para discutirmos, eu acho que nós sempre vamos estar com isso na mesa, sempre vamos estar, porque as famílias vão estar sempre aqui no nosso ouvido. Nós vamos estar sempre com isso na mesa, pode ser nessa gestão, na próxima, sempre vai estar com isso na mesa porque esse problema sempre vai bater na nossa porta. Sempre vai bater na nossa porta e nós não temos como responder para uma família, dizer para ela que ela estava e hoje ela não está nada. "Ah, mas quando eu entrei no Programa eu atendia a renda". Falar que é dentro desse parâmetro de três salários mínimos, nós falamos, mas naquele momento a família está inserida nesse parâmetro, aí ela, sei lá, recebe 50 reais de aumento no seu salário, está fora. Aí temos um problema. E a família vai bater na nossa porta. Então nós precisamos. Nós superamos tantos desafios aqui, tantos, que não foram poucos, chegamos até onde estamos, eu acho que é mais um desafio que nós precisamos juntos superar. **Sr. Geraldo**: Boa tarde a todos, meu nome é Geraldo, estou representando a Associação de Moradores do Jardim Ipanema, que faz parte da chamada 1/2015, Moradia Vila Clarice. O que acontece, nós estávamos pensando sobre a questão da contabilidade que a senhora aqui mencionou e minha fala era justamente essa. A contabilidade para o programa autogestão, existe uma verba para ser paga à contabilidade. Existe recurso. E para a cogestão não existe. Sendo que as entidades que estão na cogestão têm toda a responsabilidade quanto àquelas da autogestão. Porque ela que vai fiscalizar e vai apresentar documentos à Prefeitura, aos órgãos públicos, tanto como um funcionário que vai trabalhar na obra. Às vezes a construtora traz um funcionário ilegalmente para a obra, acontece um acidente, quem vai ser o culpado? O primeiro culpado é a entidade. Juridicamente é. certo? Então precisávamos, eu queria colocar par vocês, eu sou convidado, mas eu sou cidadão também e estou nesse programa como os demais, então gostaria de colocar uma sugestão, de que a Prefeitura fizesse um documento exigindo à Construtora dela pagar essa contabilidade porque o responsável dessa contabilidade não é a construtora. Juridicamente se acontecer um acidente ali na obra, é a associação que vai ser chamada para responsabilidade em primeiro caso. Em segundo caso, depois, a construtora pode alegar que ela tinha documento, que ela não tinha, mas nós é que temos que fazer esse documento a vir na mão de vocês e na mão da justiça, se for o caso. Então eu gostaria de colocar na mesa isso para vocês, para vocês colocarem isso no programa, fazer uma Ementa, fazer alguma coisa aí, colocar no programa porque isso não é o justo, né? Nós batalhamos, vimos trabalhando e quando chega no período de obra acontecer um problema, acontecer qualquer coisa na obra, a responsabilidade primeiro é da associação, aí depois vem a construtora, aí a construtora vai se defender e nós que vamos ficar com o prejuízo. **Sra. Paula**: Bom, primeiro em relação ao enquadramento das famílias, eu queria lembrar que na última reunião que fizemos com a COHAB virtual, sugerimos que fizéssemos uma reunião só sobre o enquadramento das famílias, não sei se vocês lembram, até a Evanisa falou, nós ficamos de elaborar um documento técnico, lembram? Um parecer explicando como era o Minha Casa Minha Vida e como é a proposta para fazer no Pode Entrar. Acontece que não retomamos essa reunião, então queria se possível poder tirar uma data para podermos apresentar esse documento, nós já elaboramos, tal pessoa dos movimentos, a Evanisa trouxe também esse documento, já que não posso ler agora porque estão limitando 3 minutos, mas gostaríamos de tirar uma data com a COHAB para apresentarmos essa proposta, bem semelhante, com as questões que já discutimos no Minha Casa Minha Vida, então acho que cabe ter esse entendimento e ver o que temos de proposta. Isso é uma coisa. A outra coisa que queria colocar, estamos com bastante dificuldade em relação aos documentos entregues no Pode Entrar. Primeiro porque o Programa começou lá atrás, em maio, não lembro exatamente quando, até mesmo antes de vocês terem fornecidos as planilhas do Excel para preenchermos e tal. Quando acho que o Kiko coloca aqui, o Miguel, sobre prazo, nós gostaríamos que tivesse um prazo de análise. E também foi sugerido nas outras reuniões que na plataforma, se subimos todos os documentos, tenha alguma forma de análise. Porque por exemplo, nós entregamos todos aqueles documentos em maio, em junho. Recebemos aquele primeiro Comunique-se agora e o Comunique-se era: Favor atualizar o modelo da planilha conforme algo que foi feito depois que nós já havíamos entregado. Tudo bem, nós atualizamos, mas precisa esperar dois meses para termos um retorno? Será que não existe um esquema digital de documento entregue, documento aceito, em que todo mundo consiga ver o que foi aceito e que não foi? A outra coisa é que no Edital está dividido em etapas, então temos a primeira etapa, adesão, a segunda etapa, proposta, e tem lá os documentos, você já tem a lista dos documentos que está no Edital. E por exemplo uma das coisas que vocês estão pedindo agora para a etapa proposta é aquele CRE e Orçamento, que não estão no Edital na etapa proposta, está na próxima. Então é importante termos essa lista dos documentos que estamos subindo na plataforma, alguma coisa digital, que tenha documento entregue, documento aceito ou não aceito, que nós possamos saber e a data que foi entregue, a data que foi reentregue, porque essas coisas estão um pouco se perdendo. Por exemplo, recebemos um Comunique-se em relação ao cronograma de ações, embaixo está escrito "Não foi possível analisar ainda outras coisas", então as análises estão demorando muito, no nosso caso foi quase dois meses, e está vindo picada. Aí veio análise de um item. E os outros? Estão ok, não estão ok? Nós também precisamos saber. Porque se precisa correr atrás de alguma documentação, nós precisamos ir. Então nós queremos saber, foi entregue? Foi aceito? o que está faltando? E isso é possível fazer digitalmente, já que é uma plataforma digital. Então essa é a sugestão, e os Comunique-se têm que seguir o que está no Edital, se no Edital só está pedindo cronograma físico e financeiro na etapa proposta, vocês só podem cobrar isso nessa etapa, orçamento vamos cobrar na próxima etapa, que é para o Termo de Adesão, o contrato mesmo. Então é separar isso em etapas, acho que isso vai ficar mais claro para todo mundo. Tem gente que entregou as coisas em maio, tem gente que está entregando agora. Fazer primeira etapa, adesão, segunda etapa, igual está no Edital, seguir aquilo lá, porque se não, fica solta e ficamos entregando e reentregando e sem saber quando. Dois meses para falar que a planilha está no modelo errado? Não faz sentido. **Sr. Nilson**: Paula, primeiro boa tarde. É o seguinte, a partir de segunda-feira estará disponibilizado lá o histórico visualizado para vocês. O nosso TI já desenvolveu e estará disponível para vocês a partir de segunda-feira. Outra coisa, quanto ao orçamento, se você tem, estou pedindo para você entregar se você tiver. Se não quiser me entregar, você não entrega, acontece que facilita. Só isso. **Sra. Paula**: Mas tem que ter isso organizado, Nilson. A etapa proposta só tem aqueles itens, vocês só podem pedir esse. **Sr. Nilson**: Então, mas não estou pedindo para você, se você não quiser entregar, você não entrega. Estou pedindo para entregar se você já tiver. Porque para andar o programa você pode entregá-lo. **Sra. Paula**: Eu entendi, a própria plataforma fica te avisando que está faltando isso, mas isso não é para essa etapa, entendeu? Dividir por etapa. **Sr. Nilson**: Orçamento não está no requisito, vai estar para apresentar posteriormente. Sra. Paula: Mas na plataforma está lá. **Sr. Nilson**: Então precisa tirar. **Sra. Paula**: Então, é isso que estou colocando. **Sr. Nilson**: Não tem problema nenhum. **Sra. Paula**: Tem oito itens lá, temos que entregar os oito itens e só. E aí terminou a proposta, recebeu o ok, está selecionado, vai para a próxima? Aí entrega o outro. **Nilson**: Mas se você não entrega o orçamento, não vai ser impeditivo para assinar. **Sra. Paula**: Espero que não. **Sr. Nilson**: Uma coisa que não está na exigência no decreto no regulamento. **Sra. Paula**: Não, espero que não. É isso, queremos saber em que pé está. Quando falamos em prezo, é por isso, nós entregamos em junho, estamos indo para setembro. **Sra. Kátia**: A questão é a seguinte, eu acredito que o Ricardo, que é o TI,

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 28 de outubro de 2022 às 05:00:47

deva ter subido a questão do orçamento porque algumas das entidades tinham o orçamento e gostariam de assinar e acrescentar os projetos executivos, já tinha a documentação completa. E o que acontece, quando você tem a documentação completa, o que o Edital prevê? Que você pode não só assinar o Termo de Colaboração, mas consequentemente assinar a ordem de início de serviço, a ordem de início de obras. Então como tem essa previsão de que se você cumprir a etapa de adesão, a etapa 1 da proposta e a etapa 2, que é a etapa de entrega de toda documentação pertinente para contratação da obra, no caso, que seria a assinatura para contratação, ou ordem de início de serviço, está prevista a entrega do orçamento. **Sra. Paula:** É isso, Kátia, etapa 1, adesão, 2, proposta, a 3 é o termo de colaboração. Se o orçamento está no termo de colaboração, ele tem que estar depois porque pelo Edital precisamos receber o ok da proposta para você ir para a 3. Está escrito lá que só podemos entregar a etapa, o resto. **Sra. Kátia:** 3 se você for aprovada pela 2. **Sra. Paula**: Quando a COHAB der ok. Então se a COHAB der ok, abre a próxima etapa. **Sra. Paula:** Acho que tem que ser mais separado isso, está muito confuso e ficamos recebendo as coisas tudo picado. Estamos com essa dificuldade. **Sra. Kátia:** Ele dever ter subido erroneamente, é isso o que Nilson colocou. o orçamento apareceu lá, ele entrou de gaiato no navio, ele está lá não sei porquê, ele é uma etapa posterior. **Sr. Nilson:** O pessoal está entregando. **Sra. Kátia:** Tem gente subindo o orçamento. **Sra. Paula:** Como que estão entregando a próxima etapa sendo que não recebeu ok da outra? É isso que não, temos um Edital, gente, temos que seguir conforme o Edital. **Sra. Kátia:** Existe um rito e tem que ser seguido. **Sra. Paula:** E precisamos de prazo, tem que ter prazo, entregamos tudo em junho, estamos em agosto indo para setembro. Então não é, que você falou que está dependendo de nós, nem sempre está dependendo de nós. **Sra. Kátia:** Qual é o seu empreendimento? **Sra. Paula**: O da Sudeste, tem vários, mas o da Sudeste da Fátima. **Sra. Kátia**: Qual o nome dele? **Sra. Paula**: Dandara. Enfim, acho que todos os colegas aqui estão querendo a mesma coisa, prazo. Porque muita entregou em junho, estamos indo para setembro e não não sabemos se está ok ou não a minha matrícula, matrícula, por exemplo, estava vigente e já não está mais. Então essas questões precisam ser entendidas, já deu ok na matrícula? Está fazendo essas informações, é isso o que eu queria colocar. **Sra. Kátia:** É, vamos fazer o seguinte, vamos fazer aquilo que o Secretário colocou na fala dele. **Sra. Paula:** Isso, tirar a data. **Sra. Kátia:** Tirar a data param reunião e tratarmos disso nessa reunião, essa questão da documentação, porque poucas entidades apresentaram as propostas, as adesões bastante entidade aderiu, mas poucas entidades apresentaram as propostas mesmo, de fato. **Sr. Nilson:** Não aderiram não. **Sra. Kátia:**E tem entidade que nem aderiu. Indusive até informo para vocês aqui que as adesões se encerram em 28 de setembro. Quem aderiu, aderiu, e quem não aderiu, precisamos que... **Sr. Miguel**: Quando vai abrir para as próximas entidades? **Sra. Kátia**: Você faz pergunta difícil, não é, Miguel? Vamos fazer o que o Secretário colocou, que é marcar reunião respondendo. Isso, aí tira as dúvidas, verifica a questão dos processos, chama as assessorias técnicas em conjunto porque está complicado. Eu falo para vocês, porque eu tenho acompanhado as análises dos processos, eu acompanho as análises, eu recebo os processos para analisar e tem coisa lá que eu falo — Não, Fulano não fez isso, conheço Fulano, ele não mandou desse jeito aqui. E mandou. Então é complicado, viu? Está difícil. **Sra. Verônica**: Boa tarde, pessoal. Eu só queria fazer uma colocação da questão das famílias, porque quem fez o Minha Casa Minha Vida sabe que é idêntico, a Caixa não analisa profundamente as famílias. Eu fiz dois empreendimentos, aliás, três, o que nós fazíamos com a Caixa? O Miguel falou que discutia com o Conselho, eu era Conselheira naquela época, o que discutíamos no Conselho quando chegava aqui em São Paulo a Caixa dava porrada em nós e não fazia o que se discutia no Conselho. Aqui nós sentamos, procuramos o técnico da COHAB, SEHAB, o Secretário e discute. Naquela época era o técnico da Caixa, você discutia com a Maria dos Anjos e quando chegava lá não era mais a Maria dos Anjos, era o seu João, daqui a pouco o Diretor mudou, o outro mudou. É muito difícil dentro da Caixa, então era feito um contrato-mãe, com o contrato-mãe se assinava previamente, as famílias, e era uma pré-análise, eu me lembro na época da entrega do Jabuticabeira, que eram 200 apartamentos, faltavam 95% da obra que a Caixa começou a analisar, 50 famílias estariam fora, 50. Porque a Caixa falou assim — Não vai pegar quem tem isso, quem não tem aquilo. E pegou, foi um pega-pra-capar para poder salvar, salvamos as famílias, mas ficaram duas, não teve o que salvar. Então não existe como. No mutirão. Por que as famílias do mutirão não podem ser tratadas igual da cogestão? Porque da cogestão vai participar de reunião, vai visitar obra, só não vai carregar cimento e concreto. Nem concreto no mutirão carrega mais. Entendeu? Então o tratamento das famílias que é na autogestão tem que ser para cogestão, porque é a mesma renda. E na época do Minha Casa Minha Vida era pior, porque eu fiz o Jabuticabeira, era 1800 reais a renda, não era três salários mínimos, mil e oitocentos. E tinha que encaixar as famílias e nós encaixamos 200 famílias. Então eu acredito que é da forma que nós trabalhamos a demanda, tem jeito e tem que trabalhar e conscientizar. eu me lembro que ficou um senhor fora do programa porque a Caixa me chamou e falou — Verônica, o seu Fernando está fora. Eu falei — Como? — O salário dele está dentro, mas as horas-extras dele dão três vezes o salário dele. Chamamos o Sr. Fernando — O senhor está proibido de fazer hora-extra. Proibido. Aí os outros que queriam casar, a cada reunião que terminava — Verônica, eu posso casar? — Não. — Mas eu não posso casar? - Não. Entendeu? Então tem toda uma conscientização que temos que fazer com a família. Nenhum cidadão da cidade de São Paulo é melhor do que o outro, entendeu? Porque isso nos deixa chateados, eu vou fazer com cogestão, mas já fiz mutirão, já fiz tanta coisa de obra aqui nessa cidade. E sei que as famílias nos juram de pés juntos que são santos, quando vem aqui para o órgão público, o senhor vai ver a capivara dela, e aí o coitadinho... besta sou eu, que fica defendendo. Então tem que tomar muito cuidado com isso. Eu acho que uma reunião específica é muito bom para entender que o Pode Entrar, na questão das famílias, é igual ao Minha Casa Minha Vida. Quem fez Minha Casa Minha Vida não vai ter problema na demanda. E da questão do jurídico, a Marizete já perguntou e já respondeu. **Sr. João Bosco:** Boa tarde a todos, agradecer de coração o empenho do João, empenho do Peixe, da equipe da COHAB, a Kátia, que tem ficado sem dormir um monte de dias com esse programa todo, com tudo isso. Kátia, são duas perguntas, uma delas: foi corrigido o valor da unidade habitacional de 180 para 200 mil, eu gostaria de pedir que fosse incluso na próxima pauta, fazer a correção dos três salários mínimos, pelo menos, da inflação. Porque se corrigimos o valor da unidade habitacional, por que não corrigir o valor do beneficiário? Vamos tentar discutir isso. É correto. **Sr. Nilson:** Precisa aumentar o salário mínimo.**Sr. João Bosco**: Não, podemos criar, podemos fazer uma nova regra. Não vejo dificuldade nisso. É mais do que correto, quanto tempo nós perdemos com isso? A inflação, quem ganhava três salários mínimos ano passado não compra mais metade do comprava, acabou. Nós precisamos rever isso. Outra coisa, seria o autodeclaratório, vai ser feito, né? Vai ser feito por Decreto, o que é correto, porque é uma certa fragilidade do ponto de vista jurídico na Portaria. Então tem previsão de saída? **Sra. Kátia:** A previsão era ontem, mas... **Sr. João Bosco**: Para não me alongar e dar espaço para os demais, era só isso. **Sra. Kátia:** A previsão era para ontem, mas estamos concluindo, estamos concluindo um estudo com as outras Secretarias. **Sra. Kátia:** Agora só para fazer um complemento à questão da renda, é que a renda foi definida pelo Decreto, o Decreto da Seleção de Demanda e lá é claro que tinhamos dois tipos de atendimento dessa demanda, o Grupo 1 e o Grupo 2, o Grupo 1 vai ser atendido com renda até 2 salários e o Grupo 2, que seria demanda também para carta de crédito, para famílias com renda até 6 salários, entre 3 e 6 salários. Então é bem difícil, porque teríamos que mudar o Decreto, utilizar um outro tipo de justificativa, não daria para ser feito por meio de uma Resolução, por exemplo, do Conselho, entendeu? É mais criterioso e temos que aprofundar. Nós até entendemos a questão da inflação, mas entende que esse salário mínimo tem que ser corrigido e falamos do salário mínimo nacional, ainda cita esse artigo no próprio decreto. Está previsto no Decreto, João. Felizmente, porque Minha Casa Minha Vida era 1800, deu uma dobradinha aí, mas... **Sra. Juliana**: É outro assunto, não é o Pode Entrar. Recentemente foi editada a Portaria 81, que prevê atualização de dados dos beneficiários do Auxílio Aluguel. Então faz uma chamada para que essas pessoas compareçam, estabelece 5 pontos na cidade e que as famílias teriam que apresentar alguns documentos, entre eles relacionados à locação e teriam que fazer o agendamento prévio pelo 156. A pergunta que tenho é: de que forma está sendo dado publicidade a isso, pensando que essas famílias não têm acesso ao Diário Oficial, então de que forma a Prefeitura está dando publicidade a isso? E uma sugestão de que seja revisto esses cinco pontos na região. Porque pensando na Zona Sul, que tem distâncias absurdas entre um ponto e outro, eu moro na zona Sul, mas da minha casa até Parelheiros é mais de duas horas. Então eu acho que rever essa restrição para apenas cinco pontos para fazer esse tipo de atendimento, né? Ver a possibilidade de abranger isso para todas as subprefeituras e de que forma vai ser dada a publicidade, porque ainda que esteja previsto que no caso de suspensão ainda fique um período de sessenta dias para as pessoas poderem procurar para reativar esse atendimento, a interrupção de um pagamento muitas vezes gera problemas para as famílias que estão nesse tipo de locação, principalmente porque elas costumam ser locações precárias, porque o valor do auxílio não é suficiente para uma locação adequada, então na maior parte das vezes não é seguer contratual a relação, enfim. Então isso coloca as famílias numa situação de muito desequilíbrio nessas relações de locação, então a sugestão para que sejam revistos esses locais de atendimento, dada a publicidade e garantindo de alguma forma que tenha a menor suspensão possível, porque isso gera impactos no cotidiano dessas famílias, porque o valor é muito baixo para uma locação adequada. **Sra. Kátia:** Então, Ju, eu vou verificar a questão dos cinco pontos, eu concordo com você, eu achei que fosse mais abrangente. Na realidade, eu acompanhei parcialmente, até por conta da questão do próprio Programa, eu acompanhei parcialmente a questão do recadastramento do auxílio aluguel, eu dei uma lida na Portaria 81 que você citou agora e eu vou verificar, porque eu achei que fossem 14 pontos. Não daria para abranger todas as Subprefeituras porque o custo disso ficaria muito alto, mas achei que eles fariam uma divisão territorial diferenciada e pelos menos 14 Subprefeituras seriam inseridas nessa Portaria, vou verificar o que aconteceu também. Com relação à suspensão, concordo com você. Eu acho que o fato de suspender por conta de a família inclusive não conseguir chegar até um local desse, ou até por conta da publicização, porque existe uma publicidade pelo Diário Oficial, mas todas as famílias são contatadas porque existe uma mobilização, não é somente pelo Diário Oficial. Então existe uma forma de publicizar, que é pelo site da Secretaria de Habitação, então isso está no site. Foi publicado no Diário Oficial, foi publicado no site e também essas famílias são mobilizadas via os telefones que estão no Habita Sampa. Então todas as famílias que participaram do recadastramento em 2019 ou que estão em contato conosco atualizando essas informações, porque tem famílias que não, nós acompanhamos via recadastramento, mas elas sempre ligam — Mudou meu número de telefone, pede atualização cadastral. Então os técnicos de SEHAB sempre têm esse contato com as famílias, principalmente as de auxílio aluguel, existe um monitoramento. As empresas de gerenciamento têm esse acompanhamento direto com as famílias. E por conta desse monitoramento normalmente os números de telefone são atualizados. Então existe também essa mobilização também por parte das empresas de gerenciamento. Elas ligam, elas encaminham notificação via WhatsApp, tem todo esse processo que é feito. Mas eu vou verificar, sim, como está a questão dos pontos das Subprefeituras e vou ver a possibilidade de ampliação, né, Secretário? O Secretário também está acompanhando isso, porque ele quem acompanha a parte do social, a parte de planejamento da Secretaria, o Secretário Adjunto Leonardo Gazillo, ele que está fazendo esse acompanhamento comigo aqui, essa ponte toda aqui, mas vamos tentar verificar o que dá para ser feito. **Sr. Kiko**: Aproveitar o gancho do que a Juliana falou para falar com Secretário, é o seguinte, Secretário, o nosso salário mínimo está congelado faz tempo e o auxílio também acompanhou, só que o aluguel não está congelado. e muitas famílias com esses 400 reais, a família tem que comprometer, além dos 400, mais de 40% da renda. Vou dizer, aqui perto, Vila Prudente e Mooca. Um cômodo, 900 reais, dois cômodos, 1500. Aí essa família é obrigada a comprometer mais renda dela. Se existe a possibilidade. É claro que quando ocorrer os atendimentos isso vai desafogar, só que sabemos que vai demorar um pouco. Espero que quando começar isso ande a passos largos. Ver se há possibilidade de ser aumentado ou então a fazer uma avaliação sobre região, cada região é uma realidade. A região de Vila Prudente tem dois metrôs, mesmo alagando, sendo a vila mais famosa do Brasil, cada chuvinha uma enchente, o valor do aluguel lá é 1500 a fora. Quando não expulsam as famílias de lá. Então as famílias são obrigadas. O que aconteceu aqui, nesse Conselho que está aqui, tivemos que vir brigar com o Secretário por que? Houve uma revisão que as famílias estavam morando na divisa em Santo André, mais barato, você mora no Parque Madalena, Jardim Elba, está na divisa e elas foram excluídas do auxílio por não estarem mais morando dentro da Cidade de São Paulo. Então é uma discussão para levarmos para a próxima reunião e fazer uma avaliação, eu sei que não é imediato, mas para ver que os 400 reais já não ajudam mais em nada. Não é mais um auxílio, para não dizer outro nome. Está difícil, Secretário. **Sra. Mª Almeida:** Eu sou Maria Almeida, sou vice da Sudeste, inclusive ela já falou sobre nosso projeto Dandara, então vou deixar para lá porque ela já colocou. Queria falar desse assunto do bolsa-aluguel porque eu acompanho uma família, acho que 2021, 2022 essa família foi despejada de um prédio ali do lado do Saboya, é entidade Cruz das Almas e tem um acordo aqui, que eram 192 famílias, todas elas estão recebendo ainda o bolsa aluguel, tem alguma dessas pessoas, acho que duas, que fiquei sabendo que faleceram, não sei o Conselho deu baixa ou não, não sei como está. Uma eu vim denunciar no Conselho que a senhora faleceu, o filho pôs a mãe na rua, ela morreu na rua e o filho estava recebendo, eu vim aqui trazer esse problema e espero que tenham cortado do filho porque ele tinha uma procuração da mãe para receber, mas ele não precisava. Então tínhamos esse caso nesse grupo. E esse grupo é específico porque quando ele saiu de lá, teve a desocupação, o proprietário depositou em juízo 500 mil para a compra de terreno, só que eles nunca conseguiram terreno para fazer mutirão ou para construir por causa da quantidade de famílias, que era muito grande. Então não conseguiram isso, eles continuam recebendo bolsa aluguel, mas está todo mundo esparramado na cidade de São Paulo, todo mundo para tudo quanto é biboca, como ela falou, lá no final de Santo Amaro, para outra cidade, para Zona Leste, está para tudo quanto é canto pela situação, entendeu? É muito pouco, então tem que ver o que eles ganham para ajudar o bolsa aluguel, para ajudar para eles sobreviverem. Então está todo mundo esparramado e estão recebendo, conversei com alguns deles semana passada, muitos mudaram de telefone, aí fica vendo quando vai sair o bolsa aluguel para receber, não se cadastram, então é uma coisa muito assim solta, precisa ver como fica, principalmente esse que tem esse atendimento diferenciado, que tem esse dinheiro para comprar as casas, para ajudar. Eu gostaria de saber se faz uma reunião específica com essa entidade para conversar, ver como vai fazer ou como vai ficar nesse programa dessa quantia que você falou do bolsa aluguel. **Sr. Leonardo**: Pessoal, Aninha, vamos fazer assim. Já passamos para o item último, Assuntos Gerais e segue o encaminhamento para a próxima reunião e encaminhamos para o encerramento. Já está aqui para apresentar. Pessoal, antes de entrar na apresentação dos dados de FUNDURB, que foi solicitado na última reunião e Paula está aqui para fazer a apresentação. Primeiramente, boa tarde a todos e todas, sou Leonardo, o novo Secretário Adjunto, estou aqui compondo a gestão com João. Hoje, por incrível que pareça, completo três meses aqui na Secretaria. Antes estava na Subprefeitura do Jabaquara como Subprefeito de lá, conheço bem a demanda lá do Saboya, também conheço a demanda, Kiko, da Zona Leste quando passei de Chefe de Gabinete na Prefeitura de Sapopemba. Em relação ao que foi colocado aqui, falando do Pode Entrar, incialmente, o que quero frisar é que a gestão está totalmente comprometida e empenhada em fazer isso andar. Nesses últimos meses, nesses três meses que estou aqui, são muitos assuntos, imaginem, a Secretaria tem uma infinidade de frentes, uma infinidade de programas, é muita coisa mesmo, eu tenho tomado pé de muitos assuntos, muitas obras, muitas coisas que temos em andamento. Até deixei para falar no final para que Kátia, Nilson, o Secretário João que tinha que sair porque a Rede Globo estava aqui para fazer uma pré-entrevista com ele para o Fantástico, o Alex Peixe, Presidente da COHAB falassem antes porque eles estão a par dos assuntos, acompanhando toda a dinâmica já desde o início, há mais tempo, então preferi deixar minha fala para o final. Mas uma coisa eu posso deixar frisada aqui na minha fala, que é o comprometimento da gestão, não só do Prefeito Ricardo Nunes, mas de toda a nossa Secretaria, do pessoal da COHAB também para fazer a coisa andar. Eu entendo que muitos pontos que foram colocados aqui demandam ajuste sim, que nem essa questão de subir a documentação de forma faseada, seguindo Edital, acho muito importante ajustar isso, Nilson, falar com o pessoal da TI para tirar do sistema onde estão subindo as documentações aquilo que não é necessário naquele momento, porque pode confundir mesmo e aí seguimos o rito da forma que tem que ser colocado, acho importante que todas as entidades que já entregaram a documentação ficarem atentas à comunicação da Kátia e do Nilson para participarem essa semana que vem dessa reunião de trabalho para fazer o checklist do que tem ok e o que não tem, acho que isso vai adiantar bastante o andamento das coisas, eu acredito que depois dessa reunião vocês vão ter um norte muito mais amplo, mais claro, porque vocês vão saber o que está realmente pendente ou não. E a quatro mãos nós conseguimos resolver isso mais rapidamente. Então o Pode Entrar, eu acredito que consigamos resolver o mais rápido possível o Pode Entrar Entidades, a questão do Aquisição ainda temos a questão do Tribunal de Contas, então está suspenso por enquanto. O texto final, baseado nos questionamentos da suspensão e do relatório técnico do Tribunal de Contas já está praticamente pronto, então estamos agora aguardando o envio do texto final, que vai acontecer entre essa semana e a próxima para o Tribunal de Contas e aí vamos aguardar a devolutiva deles para dar seguimento. Foi colocada aqui também pergunta do novo Edital, para entidades que não do chamamento, A previsão é que façamos isso o mais rápido possível, mas eu parto do seguinte princípio, pessoal: nós temos que fazer a coisa andar, Então o que tem na mão, o que já está na rua, nós temos que fazer funcionar. Não adianta nós não estamos fazendo a coisa que está na mão andar e pensarmos já em atropelar o processo e já soltarmos outro Edital em cima disso, Eu acho que primeiro tem que... como é um programa inovador, um programa novo na cidade de São Paulo, por mais que ele se baseie no Minha Casa Minha Vida Faixa 1, basicamente é o mesmo programa, é uma novidade para o município, é uma modalidade que não existia dentro do nosso escopo, então é importante todos entenderem que há um esforço muito grande por parte da Secretaria e da COHAB para operacionalizar isso da melhor maneira. Então muitos instrumentos jurídicos tiveram que ser construídos do zero, nós não tínhamos instrução normativa, não tínhamos Decreto, Lei, tudo isso foi uma grande vitória que foi conquistada com esforço de todos aqui, dos movimentos, da Secretaria, do próprio Prefeito, então eu peço um pouco de paciência para vocês nesse sentido, sei que estão lutando por isso já tantos anos e é difícil controlar a ansiedade, ainda mais agora que está tão perto de acontecer, mas é importante podermos entender a dinâmica do processo, que não é simples, tem suas burocracias. Foi colocado aqui também a questão de responsabilização da Entidade quando da autogestão, é importante frisar que quando você é responsável pelo projeto a responsabilidade objetiva daquilo é sua. A construtora é parte do negócio, mas ela é uma contratada. Então há uma responsabilidade solidária sempre nesse caso, não tem jeito, não adianta desvincularmos uma coisa da outra. A respeito também do que foi colocado agora por último, eu vim trazendo de acordo com o andamento das falas, a respeito da faixa salarial, infelizmente é um movimento complexo para alterarmos nesse momento a faixa dos três salários mínimos, visto que já foi um grande avanço ele ser hoje um patamar de três salários mínimos, visto que o Minha Casa Minha Vida tinha um patamar menor que esse hoje, então já foi complexo adequar isso, eu entendo que estamos num momento da economia complexo, de retomada, passamos por um período muito difícil de pandemia, a inflação ainda é alta não só no Brasil, no mundo inteiro, estamos tendo uma dificuldade econômica no mundo todo com o aumento inflacionário e estamos sentindo, todo mundo está sentindo no bolso, principalmente as pessoas que têm uma renda mais baixa. Então é obvio que esse pessoal todo da Faixa 1 vai ter um impacto ainda maior no bolso, porque a mesa está pesada, o remédio está pesado e sabemos da importância de tentar rever esses valores. Mas nesse momento, fica muito complexo mexermos nas regras do jogo durante o jogo andando. Então cabe talvez mais à frente algum ato revisional por parte da municipalidade, mas é importante dizer que hoje, como isso foi alinhado por Decreto também, determinado por Decreto, fica mais difícil que isso seja alterado, por exemplo, por Resolução, aqui por deliberação da Comissão. E para encerrar minha fala e já passar adiante para apresentação de dados de FUNDURB, em relação ao auxílio moradia, nós sabemos, e eu discuto muito isso com o João, porque quando estive como Subprefeito estamos muito na ponta, estamos vendo a dificuldade das pessoas no dia-a-dia e sei que é muito difícil as pessoas buscarem moradia digna de baixo custo, hoje a cidade, como foi bem colocado aqui pelo Kiko, dependendo da região falamos de um cômodo a mil reais, oitocentos reais, um cômodo. Até mais às vezes, aqui no Centro é impossível, é impraticável, então as pessoas vão sempre ter que ir para as periferias, para o fundão da Leste, fundão da Sul, para tentar, ou então nas áreas de divisa, para tentar ali uma moradia de um custo mais acessível. E às vezes tem que ir para comunidade mesmo, nós entendemos isso, é uma preocupação do Secretário João Farias, é uma preocupação nossa, porém qual nosso impasse hoje? Todas as pessoas que estão no auxílio moradia serão contempladas, a nossa ideia é que zeremos a fila até 2024, dando tudo certo, as entidades entregando as obras, o modelo aquisição também funcionando, é que venha a zerar a fila. E a partir desse momento, repensaremos o modelo. Porque fica muito difícil também justificar um aumento no custeio disso agora diante também do aumento do investimento na aquisição de unidades habitacionais, que tem o objetivo final de zerar a fila do aluguel social também. Então ficamos numa situação um pouco complicada, porque querendo ou não, hoje temos aproximadamente 23 mil pessoas no auxílio aluguel, no auxílio moradia e isso aos cofres públicos mais de 130 milhões de reais por ano, até um dos motivos do recadastramento é esse, para encontrar as pessoas que hoje de alguma forma estão indevidamente recebendo isso e tentar reduzir esse custeio, porque querendo ou não, quando diminuímos o custeio conseguimos aumentar o recurso para investimento. Então temos a ciência de que 400 reais é um valor insuficiente, porém hoje temos uma dificuldade grande em justificar o aumento disso diante do investimento de mais de 9 bilhões, quase 10 bilhões de reais estão previstos para aquisição de unidades habitacionais na cidade de São Paulo, que chamamos de Programa, mas na verdade é uma política pública inédita na cidade e nunca tão grande, nunca houve um investimento dessa magnitude, dessa envergadura na cidade para aquisição de unidades habitacionais, é óbvio que é uma discussão que sempre tem que ser colocada a mesa e pontualmente temos alguns casos que há uma situação até de um pagamento de valor diferenciado dessas pessoas que estão em auxílio moradia, mas repito que mesmo diante de todo nosso esforço para resolver isso o nosso objetivo principal é que a fila do aluguel social, da moradia, venha a ser zerada através do Pode Entrar. Então estamos colocando toda a força para que o Programa realmente se desenvolva, para que essa política pública se aplique de fato na cidade, nos próximos 24 meses temos a execução dessas unidades e atendamos essa demanda que hoje está represada e temos aqui em conta na Secretaria. Está bom, pessoal? Então eu quero me colocar à disposição de todos, encerro minha fala por aqui e vamos dar encaminhamento para apresentação da Paula com os dados do FUNDURB de 2019 para cá. Está bom, pessoal? **Item 3 - Assuntos Gerais. Sra. Paula:** Boa tarde a todos, me chamo Paula e trabalho aqui na Secretaria da Habitação. Atendendo a uma solicitação feita pelo Conselho na última reunião quanto ao investimento com recursos do FUNDURB para as obras de urbanização e construção de unidades habitacionais, desde o período do ano de 2019 ao ano de 2022. Bom, de modo geral, sem mais delongas para não prorrogar muito, levar muito tempo, nós vamos apresentar algumas obras que estão andamento, elas tiveram recursos desde 2019, estão aprovadas e utilizando recursos no ano de 2022. Um exemplo, a Bamburral, foram entregues 44 unidades, mais 32 que foi em 2021, em 2022 48 unidades e as demais unidades estão previstas para serem entregues neste ano. Lidiane teve recursos a partir de 2020, também com 113 unidades entregues e 128 em execução, com previsão também de entrega até o final do ano. Ponte dos remédios foram entregues já 181 unidades e 160 estão em execução, mas essas 160 unidades são somente para o ano de 2024, foram iniciadas esse ano. O Viela da Paz, já foram entregues 440 unidades habitacionais e 122 unidades estão previstas também para serem entregues até o final do ano. Domenico Martinelli é uma área que está dentro do mesmo contrato do Viela da Paz, porém está em fase ainda de levantamento, de estudo, elaboração de projetos. Previsão de 161 unidades pós ano de 2024. Heliópolis, Heliópolis SABESP II, 240 unidades do condomínio 4 e mais 240 unidades do condomínio 5, em andamento também com recursos desde 2019, Outra unidade de SABESP II, que é Gleba G, 221 unidades com previsão também de conclusão para esse ano e que também utilizam recurso desde 2019. O Sapé, em andamento atual, o condomínio DE, a canalização do córrego. Com essas unidades, em execução na verdade os trabalhos de urbanização, uma área que ainda se encontra invadida, então ela tem previsão de entrega somente após o ano de 2024 também, por conta da dificuldade de execução do local. Heliópolis SABESP I, nós temos 80 unidades do condomínio 3B e 72 do condomínio 4. A previsão de entrega do SABESP I também após 2024. Paraisópolis Parque Sanfona, é uma obra que foi iniciada agora recentemente, a parte de construção de unidades habitacionais, com previsão de 349 unidades. Os recursos desde 2019, por conta de levantamento, projeto, análise, levantamento em campo, e agora está em andamento. O Paraisópolis Jardim Colombo, da primeira etapa, depois será solicitado uma segunda etapa, lá vem sendo realizada uma obra de urbanização, com canalização do córrego, e tem implantação também do parque linear e serviços de infraestrutura. Essa obra foi iniciada ano passado no mês de julho e tem recurso agora para 2022, como mostra aquele quadrinho ali embaixo de 14 milhões. Paraisópolis setor Antonico, obra de urbanização de favela e canalização do córrego, uma obra que está em andamento com recursos desde 2020. Agora, o Lote 1, temos 8 lotes, que é do lote 1 ao lote 8, que fazem parte do Programa Mananciais, eles tiveram recursos desde 2019, foram apenas dois lotes, mas desde o ano passado vem sendo um investimento maior por conta de construção de unidade habitacionais, que estão em análise, em projetos, com previsão de entrega para os próximos anos. Aí um quadro do Lote 2, essa área de mananciais é uma área muito abrangente, ela envolve muitas áreas. O Lote 3. Lote 4. Lote 5. O 6.O 7. E o 8, que é um lote que foi iniciado agora em junho de 2022, com previsão de 1120 unidades habitacionais. Aqui é só uma tabela de modo a demonstrar os valores que foram pagos para aquisições das áreas. Então no ano de 2019, 2020, 2021. E as que estão aprovadas agora, algumas ali parcialmente já pagas no ano de 2022. Aqui é um resumo, no ano de 2019 foi investido 175 milhões, isso somente, deixando claro, recursos do FUNDURB. Isso. Todo esse valor foi exclusivo do FUNDURB. Exato. Algumas obras não somente FUNDURB, tiveram outras fontes de recursos, mas esses valores em atendimento ao que foi solicitado, que estamos demonstrando, são recursos exclusivos do FUNDURB. **Sr. Leonardo**: Desculpa, Paula, só para ficar entendido, o que foi apresentado foi o recorte do que foi utilizado do FUNDURB naquela obra, naquele empreendimento ou naquela intervenção urbana. Uma coisa importante também a dizer, é que os recursos do FUNDURB, muitos desses saldos são remanescentes, então eles vão passando de ano a ano e vão sendo executados de acordo com empenho e liquidação, então às vezes o projeto, às vezes não, os projetos são de grande envergadura, ultrapassam o exercício fiscal, então esse recurso vai sendo gasto e garantido ano a ano. **Sra. Paula:** Isso. No ano de 2020, 161 milhões, em 2021, 425 milhões e para 2022 temos

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
sexta-feira, 28 de outubro de 2022 às 05:00:47

um total na verdade de 860 milhões, porém foram executados até o momento 106. Porque em torno de 500 milhões foram aprovados para execução nesse segundo semestre, foram incluídos todos aqueles lotes de mananciais, algumas áreas de aquisição, então até o final do ano, com certeza esse número de execução será muito maior. Vale ressaltar que todas as informações com relação ao FUNDURB estão disponíveis no site do FUNDURB, lá de maneira muito clara tem todas as atas, resoluções, apresentações, as planilhas de aprovação ano a ano e prestações de contas de todos os anos, de tudo o que vem sendo executado, as apresentações com os relatórios fotográficos, que dá para acompanhar a execução e o andamento das obras, todo esse material fica disponível no site do FUNDURB. **Sra. Samira**: Só uma dúvida que eu tenho, porque Habitação tem direito a 30% do recurso do FUNDURB, vocês têm um parâmetro para entendermos, por exemplo, quanto 175 milhões corresponde ao recurso que tinha? Se está usando próximo dos 30% ou não. Outra questão também é que em 2019 que teve essa mudança do recurso poder ser usado para construção também, que antes era só para a aquisição de imóveis, depois disso, depois de 2019, teve alguma aquisição de terreno ou foi usado só para construção de unidades? **Sra. Paula**: Não, não, aquelas tabelas anteriores, ano a ano, lá somente são áreas de aquisição. Então inclusive para o ano de 2022. **Sra. Samira**: Essa aí? **Sra. Paula**: Isso, todas essas áreas aqui, em cima aquisição, são as áreas que estão aprovadas dentro do plano para pagamento de aquisição. Então mantém aquisição, obras de urbanização e construção de unidade habitacional. Dentro da questão dos 30%, é respeitado o limite que é de 30% para as obras de construção e aquisição para construção de unidades habitacionais. Então de todos os anos, desde 2019, inclusive o atual, ele é considerado esse limite dos 30%, que é o mínimo, né? **Sra. Samira**: É o máximo. **Sra. Paula**: Não, digo que é o mínimo que tem que ser atendido, né? Então ele é respeitado e boa parte dessas áreas de construção de unidades habitacionais, de obras, elas já se enquadram dentro desses 30%. Então é feito um estudo pela Secretaria, na verdade, para verificar quais obras, quais áreas se enquadram dentro desse perímetro, que é uma das regras, enfim, diante de outras questões que o FUNDURB estabelece. **Sra. Samira**: Nós sabemos ano a ano mais ou menos qual a porcentagem que utilizamos dos recursos? **Sra. Paula**: Isso dá para apresentarmos depois para vocês, isso também está mostrado, tem inclusive gráficos do FUNDURB, no site tem. **Sr. Manoel**: Boa tarde para todos, sou Manoel, suplente do Movimento em Defesa dos Favelados. eu só queria fazer uma pergunta, se você tem o montante de 2019 até agora 2022 de quantas unidades foram construídas, porque passou rápido ali e não deu para eu pegar as quantidades e dos locais. Se você tem o montante de quantas unidades foram construídas de 2019 até agora. **Sra. Paula**: Na verdade, teríamos que fazer a somatória, fazer um resumo do que já foi apresentado que foram entregues, porque muitas unidades foram entregues e outras estão em andamento com previsão de entrega e outras em continuidade para os próximos anos. **Sr. Leonardo**: Se não me falha a memória, entregamos de 2019 para cá aproximadamente 7200 unidades, se não me falha a memória, mas não é um número preciso. Mas acho que está nessa faixa. **Sra. Paula**: É que quando fala de entregas, também, ele fala de modo geral de todas as obras. **Sr. Leonardo**: Tem que ver o recorte. **Sra. Paula**: E aqui estamos. **Sr. Leonardo**: Falando de forma global. **Sra. Paula**: Exato. **Sr. Leonardo**: Agora, se for em relação ao que foi utilizado de recursos do FUNDURB, aí de fato tem que fazer um quadro comparativo e fazer esse recorte, para termos esse número mais preciso. **Sra. Paula**: Mas esse material também, como falei com a Ana, ficará disponibilizado através de um link no site para consulta de vocês. **Sr. Leonardo**: E outra, Paula, qualquer coisa nós fazemos um quadro comparativo só somando isso e disponibiliza também, talvez até por e-mail para eles, passa para a Ana e ela pode informá-los. Acho que é mais correto. **Sr. Miguel**: É bem rápido, Paula. É que passou bem rápido, não dá muito para você, queria pedir por gentileza para você disponibilizar essa planilha para a Ana nos enviar por e-mail, por favor. **Sra. Paula**:Sim. A Ana vai disponibilizar, nós já conversamos anteriormente. **Sra. Paula**: Era isso que o Miguel pediu, mas só lembrando que sempre pedimos para receber a apresentação antes da reunião. Então, seria interessante porque nós já vimos mais afinados. Temos pedido isso faz um tempinho. **Sra. Ana Maria**: Paula, isso foi cumprido. **Sra. Paula**: Esta? **Sra. Ana Maria**:Esta não que chegou hoje, mas todos os dados referentes ao FUNDURB de 2019 até 2022, da onde eia extraiu e fez uma menor, foi disponibilizado a todos os participantes. **Sra. Maria Almeida**: Queria só agradecer vocês e fazer um elogio. Nós lá do Mutirão, ontem tivemos uma reunião na COHAB, e a COHAB, muita gente lá, quem conhece o Mutirão Jardim Celeste sabe as unidades, tem quase 2500 unidades que estão em comercialização. E ontem nós recebemos, eu fui uma delas que recebi o contrato de quitação da minha casa, que várias famílias vão poder registrar isso em cartório. Então, queria homenagear vocês e agradecer por isso. Coisa boa também temos que falar. Era só isso, obrigada. **Sr. Leonardo**: Parabéns, ficamos felizes em saber. **Sra. Juliana**: Na verdade só quero fazer uma solicitação. A Nena da Coopamare está aqui, já faz algum tempo que tem uma solicitação para SEHAB e para COHAB verificarem o pedido de aporte para o empreendimento realizado pelo Crédito Solidário. Então, se puder, não sei se vai primeiro discutir na Executiva, para depois trazer para o Pleno. **Sra. Ana Maria**: É só na Executiva, tudo que se trata de recurso é na Executiva, que o Nilson está preparando, vai ser na próxima reunião da Executiva em setembro isso será tratado para ser aprovado na Executiva. **Sr. Kiko**: Secretário, só queremos trazer a conhecimento de vocês, é claro que acreditamos que vocês já estão sabendo, de uma ação desastrosa da Guarda Civil Metropolitana na região de Aricanduva. A ocupação que aconteceu lá num terreno municipal, na rua Rufino... bom, não me lembro, é na região da Barreira Grande, próximo ao Shopping Aricanduva mesmo. Numa sexta-feira e na segunda-feira, sem aviso nenhum, a Subprefeitura pediu para que houvesse uma reintegração de posse, sem ter um diálogo antes. A ação resultou... Nem ordem judicial, que também não tinha nem dado tempo, né? O fato é que tinha passado mais de 48 horas, o Subprefeito se negou a conversar e depois da ação desastrosa da polícia 8 crianças foram hospitalizadas, inclusive uma por conta da bomba de gás, de um mês, quase ela veio a óbito, ainda bem que conseguiram socorrer rapidamente. E o Subprefeito diz que mandou o pessoal do CRAS até lá fazer cadastro. Isso é uma mentira. Todos nós aqui sabemos que o CRAS está sem funcionário para atender, não está atendendo nem esse pessoal para receber esse auxílio, é uma demanda tremenda, nós ligamos no 156 dá congestionamento, ninguém consegue marcar, muito menos para fazer Cadastro Único. Então para que isso não se repita, nós estamos com uma carta de repúdio, nós vamos levar até o conhecimento do Prefeito e vamos distribuir nas nossas ocupações, porque no mínimo tinha que ter o diálogo e o Subprefeito não esperou, ele mandou tacar bomba mesmo, porque quem comandavas a ação não esperou nem o advogado chegar para conversar. É uma carta que escrevemos, não vou ler porque o tempo é curto, mas nós vamos protocolar e vamos espalhar pela cidade, porque no mínimo tinha que ter um diálogo, são pessoas que estão ali, são famílias que perderam emprego, não têm onde morar, estamos vivendo um inverno em que um dia faz calor, outro dia faz frio e quando faz frio, faz frio de verdade e as pessoas não têm onde ficar e foram tratados dessa maneira. Uma área assim, no mínimo é uma área que vai ter um projeto, não sei qual o problema que a Secretaria não dialoga conosco. Fala que vai ter projeto, nós não vamos ocupar. Se vai ter projeto, nós não vamos tirar o direito de outras famílias. A invenção, uma coisa que colocaram aqui nessa Secretaria, que se nos falarem onde vocês vão fazer obra nós vamos ocupar. Não é interesse nosso tirar a vez do Manoel, tirar a vez dela. O interesse nosso é que as famílias vão morar de fato, mas não tem esse diálogo. Ele diz que aquela área tem projeto, não apresentou nada, enfim, aconteceu tudo isso, mas não vamos permitir. As famílias ocuparam porque não têm para onde ficar. É para criar um fato e mostrou que ali tem como construir habitação para interesse social. Então era isso, é uma carta de repúdio, vamos protocolar aqui na Secretaria, na Prefeitura, onde tiver que jogar, em todas as ocupações vamos colocar. Porque essas remoções administrativas não podem acontecer. Até porque tem uma DPF que nos garante até 31 de outubro, a 828, embora essa seja uma recente, mas no mínimo um diálogo, porque é a imagem da Prefeitura que queima, porque colocam Subprefeitos nas Subprefeituras que nem do bairro são, nem conhecem o bairro. Não estou desmerecendo pela idade, que ele é jovem, só que ele poderia ter dialogado, ele já quis agir da maneira, de onde eles vieram, eles vão voltar. E não é bem assim, as famílias estão morando, se fosse assim, a Praça da Sé, o cartão postal da Praça da Sé é um monte de gente morando na rua. E até hoje nem os governos anteriores conseguiram resolver, quanto mais vocês. Então é para trabalharmos juntos, conjuntamente, para evitar essas ocupações tem que ter chave na mão, se não tem chave na mão o pessoal está procurando onde morar. Era isso, gente. Mais alguém quer falar mais alguma coisa da ocupação? **Sr. Manoel**: O que vou falar não é sobre a ocupação, é sobre um outro assunto que pensei que ia apresentar na pauta geral, mas não colocaram. Eu só quero um esclarecimento, Ana ou Secretário Adjunto, sobre a questão da eleição do Conselho. Entendeu? Porque ouvimos aí na rede social, mas eu queria saber perante os Conselheiros aqui como está a eleição do Conselho, se vai acontecer esse ano ou está prevista para o ano que vem, como estava previsto. Então gostaríamos de um esclarecimento sobre isso.**Sr. Leonardo**: Tem mais duas falas? Então já façam as perguntas que eu respondo tudo de uma vez. **Sra. Samira**: Uma questão é que na CMPU dessa semana foi apresentado projeto do Parque Dom Pedro, que está sendo revisto e lá foi colocado se discutir a inclusão de projeto de habitação social no projeto, eu queria saber se a SEHAB está trabalhando nisso, se tem algum interesse, porque eu acho que poderia ser uma proposta. Uma outra questão é que havia pedindo, junto com a questão do FUNDURB, que fizéssemos uma apresentação sobre todas as ações da SEHAB porque nos últimos tempos temos discutindo muito o Pode Entrar, que lógico, tem uma grande importância, mas temos visto pouco os demais projetos. Então tinha até ficado como uma sugestão, porque tinha a previsão de já ter eleição, de já estar na nova gestão agora, que nós fizéssemos isso, pode ser como encerramento dessa gestão ou também como início da próxima para os novos Conselheiros. **Sr. Miguel**: A pergunta também é sobre eleição. Eu sei que a eleição era para ser feita, não houve pela pandemia, prorrogou o mandato, tem uma lei que permanece o mandato até a próxima gestão ser empossada, não importa se vai durar um ano, não tem prazo, é até a gestão. A minha pergunta é o seguinte, a eleição não dava para ser feita no dia 31 de julho porque a PRODAN não tinha perna para fazer, dependia do TSE, N questões, tinha um monte de dificuldade. Estávamos nos preparando para eleição, a Secretaria veio e jogou o balde de água. Não dá para fazer porque o TSE não libera os dados por causa da eleição. Julho. Primeiro turno da eleição é dia 2 de outubro, quantos meses tínhamos? Três meses, aproximadamente. Aí eu pergunto, como o TSE vai liberar os dados entre uma eleição e outra? Porque tem eleição dia 2 de outubro, em novembro tem o segundo turno. Quem garante aqui que não vai ter segundo turno? Para ter a eleição do Conselho, não é nem 3 meses antes, é no meio do período da eleição. Qual a explicação convincente que vocês têm para fazer? **Sr. Leonardo**: Bom, vamos lá, vamos por partes. Eleição do CMH, eu sei porque tenho acompanhado isso e a Ana sabe, tenho acompanhado isso de perto, eu tenho brigado muito com a PRODAN desde quando cheguei aqui para que a coisa ande. Qual era a questão há dois, três meses? O Edital previa que a base de dados a ser acessada seria do TSE. O TSE já vinha contatado desde praticamente o início do ano pela PRODAN e naturalmente, eu entendo, que por ser ano eleitoral eles não dariam... não teriam equipe suficiente para se dedicar a essa pauta lá. E vinhamos insistindo para que pudéssemos ter. Vou falar um termo técnico, mas vou explicar o que é. Nós dependíamos de um API, que é um acesso a um banco de dados, é só um acesso, uma porta de entrada no banco de dados do TSE para fazer a consulta lá e puxar para o site da PRODAN. Estou simplificando como é a coisa. Qual foi o grande balde de água fria? Nós tínhamos a previsão, toda a tratativa que vinha sendo feita da PRODAN com o TSE, com a Corregedoria do Tribunal Superior Eleitoral, indicava que não haveria problema de eles nos liberarem o acesso, eles liberariam o acesso. Só não estavam dizendo quando e isso era um grande impasse, porque te digo – Olha, vou te liberar, mas quando? E isso acabou se enrolando, a tal ponto que não havia mais tempo hábil, ainda que eles tivessem liberado, de fazermos o API para a eleição ocorrer na data prevista no Edital. Então decidimos, eu sentei com o João, sentei com a Ana, sentamos, conversamos internamente sobre a dificuldade, levamos a pauta para a Comissão Eleitoral e decidimos fazer a suspensão do processo até que tivéssemos uma definição disso do TSE. Até então estava tudo em suspenso por conta disso, estávamos aguardando uma devolutiva para o TSE para que se repostasse a nós dizendo – Eu vou poder liberar depois das eleições. Ou então – Vou liberar dia tal. Qual foi a devolutiva que tivemos? E aí entra a decisão que foi tomada ainda essa semana, também pela comissão eleitoral, nós chegamos à seguinte devolutiva do Tribunal Superior Eleitoral, que eles não viam a viabilidade de liberar o acesso nesse ano e nem no ano que vem, eles não deram a menor condição de fazermos o acesso via API. Isso está documentado, nós temos essa resposta formal por parte do Tribunal. E isso acabou nos obrigando a entrar em contato com a PRODAN e buscar uma solução, porque os outros Conselhos estão tendo eleição, Conselho Participativo, enfim. Porque criaram soluções. Nós tínhamos que criar uma solução viável, segura, para fazer as eleições do CMH aqui na cidade de São Paulo. Então o que conseguimos chegar em consenso com a PRODAN? Que o processo vai ser feito via sistema, então eu vou mais ou menos explicar como vai ser o dia da eleição. A pessoa vai chegar com o título de eleitor, com o documento com foto, como já era previsto, vai passar por uma triagem, vai sentar com o mesário, o mesário vai digitar o número do título dela, o número do título vai ser validado, naturalmente quando a pessoa apresenta o título de eleitor, você tem a Zona Eleitoral, que já garante que ela é eleitora aqui da cidade de São Paulo, então se a pessoa apresentar um título em que a Zona Eleitoral é de um outro município, automaticamente ela vai estar impedida de votar. Mas sendo maior de 16 anos, esse é o primeiro ponto, tendo título de eleitor de São Paulo, como nosso sistema eleitoral não é gerido, não é regido pelo Tribunal Superior Eleitoral, eu não necessito obrigatoriamente seguir os ritos do Tribunal Eleitoral, então se o camarada está apto ou não, isso não me importa, o que importa é que ele seja um cidadão que vote na cidade de São Paulo e que esteja apto nos requisitos do nosso Edital. Então o que vai acontecer. Em todas as 32 Subprefeituras nós teremos, e as Subs já estão preparadas para isso, nós fizemos já a lição de casa, nós fizemos a Comissão ter a tratativa junto com a Secretaria de SMIT para as nove Subprefeituras que têm Descomplica disponibilizarem os computadores, as demais que não têm esse acesso, vamos usar os computadores da própria Subprefeitura e onde não tiver estrutura a PRODAN vai ceder a estrutura, vai fornecer essa estrutura para o dia da eleição e definimos o seguinte, que a eleição ocorrerá em novembro, ainda esse ano, no dia 6 de novembro. Por que dia 6? Porque no mês de novembro temos dois feriados, o dia 15 e dia 20 que impossibilitaria ou dificultaria, talvez, o acesso das pessoas a votar. **Sr. Manoel**: E o dia 2. **Sr. Leonardo**: Também. Porém, não tínhamos muito para onde correr porque depois vem dezembro e no mês de outubro temos as eleições de primeiro e segundo turno, então tivemos que encaixar na melhor data possível para que a eleição ocorresse ainda esse ano como já era previsto. Tivemos esse delay, esse atraso, infelizmente por conta desse impasse de liberação do acesso ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral, porém já que tivemos a negativa disso, tivemos que criar uma outra solução, que tem toda a segurança, tem toda a garantia de que as pessoas vão votar apenas uma vez, que não vamos ter título repetido, uma inovação que trazemos para essa eleição é que, ainda que a pessoa... naturalmente vamos dizer para o pessoal preferencialmente votar na Subprefeitura próxima à Zona Eleitoral dela, mas para evitar trânsito das pessoas em São Paulo, e eu acho que isso é muito benéfico para as Entidades, para aqueles que vão buscar o voto, a pessoa pode votar em qualquer Subprefeitura, porque o sistema vai estar interligado pela rede da PRODAN, a rede interna, então vamos ter o banco de dados central e cada máquina conectada nesse site, a urna vai estar conectada ao banco central. Então não vamos ter problema nesse sentido, e claro, temos dispositivos de segurança, se por ventura faltar energia elétrica em uma Subprefeitura, vai ter um tablet para consultar o título e fazer o voto fora da rede, por uma outra rede de dado móvel, enfim, temos buscado algumas soluções, mas tudo isso foi pensado pela PRODAN e a solução foi apresentada para a Comissão Eleitoral, o formato foi apresentado e tivemos por maioria de votos a aprovação nessa semana dessa nova formatação, alteração do Edital também já foi feita. Foi 6 a 1, mas foi por grande maioria. Nesse caso vamos ter as eleições feitas no próximo dia 6 de novembro para poder cumprir aquilo que já estava previsto, até porque, é importante citar aqui a todos, que temos uma previsão orçamentária para fazer uma eleição, então já temos o dinheiro disponível, já temos todos os processos praticamente contratados esse ano e seria um grande prejuízo para a municipalidade arrastar isso ainda mais à frente, meramente por uma vaidade, vamos colocar assim. Porque se há condição técnica de se fazer o pleito ainda esse ano, por que não fazer? Nós não tínhamos nem como justificar à Secretaria de Gestão, à Fazenda, do porquê não foi executado o recurso esse ano. Então é importante frisar isso, mas houve um empenho muito forte da Secretaria de Habitação, da Ana, de todos nós que integramos a Comissão e da própria Comissão Eleitoral, houve uma discussão muito ampla nesse sentido, para chegar no melhor modelo. A PRODAN também se disponibilizou a todo o tempo, pra vocês terem ideia, todas as semanas às quartas-feiras 14h30 temos reunião com a PRODAN, é sagrado. Então não deixamos a coisa morrer nesse período, nós ficamos no pé da PRODAN, mas como tivemos essa negativa por parte do TSE, infelizmente, tivemos que criar uma outra formatação que seja correta, segura e que permita que as pessoas possam votar e ter acessibilidade em toda a cidade de São Paulo para votar nos seus candidatos. **Sr. Miguel**: É louvável o que você está falando. E quando fazemos essa pergunta não é porque não queremos a eleição, nós queremos sim, é o interesse de todos aqui querer a eleição, só que vou falar uma coisa e quero que fique registrado. Ainda bem que você foi Subprefeito, eu também fiquei numa Subprefeitura por quatro anos, acompanhei algumas eleições e tomara que seja um sucesso, é um desejo de nós todos, mas tem Subprefeitura na cidade, e eu não trabalhei nas de piores estruturas, que não têm perna para fazer isso sem gerar problema. Filas, demanda, confusões, eu ainda duvido, viu. **Sr. Leonardo**: Olha, pode ficar tranquilo, eu entendo sua colocação nesse sentido, nós estamos acompanhando vários processos, já coordenamos vários processos eleitorais nas Subprefeituras mesmo, como é um processo digital a previsão é de que o voto dure no máximo 1 minuto e meio, é um voto rápido. E toda a estrutura foi planilhada de acordo com o histórico das últimas eleições, nós estruturamos cada subprefeitura para atender um número de demanda. Então onde temos uma estimativa de mais eleitores, vamos ter mais computadores, mais mesários, historicamente as Subprefeituras que têm um índice menor de comparecimento vão ter uma estrutura menor, mas que atende à demanda, ainda que ela seja um pouco maior. O legal também que a PRODAM colocou nesse sentido é, vamos supor, as urnas vão ser pares, então tem o mesário e urna, mesário e urna, mesário e urna. Então vamos pensar que tenham seis computadores aqui, são três urnas e três mesários, como o sistema é digital, ele é online, se nós tivermos em algum momento um gargalo porque todo mundo chega junto, vamos pensar assim, é possível, se a PRODAM, porque via ter um técnico da PRODAM em cada Subprefeitura, fora isso, o técnico da própria Sub. Isso, o TI de lá. Já está meio que previsto deixar algumas máquinas sobressalentes, caso precisemos eles habilitam imediatamente a urna para atender aquela demanda. Então vamos ter essa flexibilidade no dia, o que é muito legal dentro dessa nova formatação. Eles propuseram isso porque questionei exatamente isso para eles, eu falei – Mas e se tivermos a previsão de ter 100 votos em uma determinada Subprefeitura e tiver 500 pessoas? E eles deram essa opção e deixaram claro que há essa flexibilidade e que isso não compromete o processo eleitoral, porque como é um sistema online é como se você entrasse no site e habilitasse aquela urna naquele momento. E como tudo isso vai estar sendo registrado num único banco de dados central, também não haveria problema. Então como não estamos falando de levar uma urna específica, como é uma eleição geral, que tem um equipamento que vem de algum lugar com um sistema próprio, não, nós conseguimos flexibilizar melhor isso. Então acredito que vamos evitar muitos desses gargalos com isso. E sempre deixamos projetado uma gordurinha também, número de servidores um pouco maior. De servidores que digo é de pessoas trabalhando no dia, então se a previsão era dez, estamos mandando doze, já para ter essas possibilidades de flexibilização, de ajudar na triagem, caso tenha muita gente na fila, para colocar um computador a mais ou dois para ajudar a desafogar o gargalo. Então acredito que vamos ter eleições num formato diferente, é óbvio, é uma inovação, vamos ter que ver na prática, esperamos que seja um sucesso, pode ter em algum momento, em algum lugar pontualmente alguma dificuldade, mas estamos tentando prever e projetar a coisa para que evitemos ao máximo, venha mitigar ao máximo esses problemas na ponta porque queremos que realmente seja um processo liso, um processo tranquilo em todas as Subprefeituras. O legal é essa flexibilidade, eu vejo isso como um avanço muito grande porque acabamos com aquela confusão de/para, aquela loucura de o cara ir num lugar e não ser aquele, é em outro. Não, a gente consegue atender todas as pessoas. Então acho que isso contribui muito positivamente para o processo, acho que isso traz assim uma possibilidade maior, até do engajamento das pessoas votarem, e pela facilidade, às vezes o cara fala – "Poxa, eu estou aqui no centro, eu vou ter que ir lá em Sapopemba votar?" Não, ele vem aqui na Sub da Sé e vota. Então, domingo, o cara está na casa da mãe, na avó, na casa do parente, então ele pode voltar ali perto. Acho que isso vai facilitar muito a mobilização dos eleitores e dos próprios candidatos, que se o candidato estiver em trânsito rodando para um lado e para o outro, é importante que ele vote em si mesmo, porque eu já vi eleição que o cara não teve nenhum voto dele, não tem nenhum voto. Então assim, acho que é importante essa opção até para o próprio candidato mesmo, para os candidatos, as chapas poderem ter essa flexibilidade, mas eu acredito que não vamos ter esse problema não. **Sr. Kiko**: Leonardo, eu ia fazer essa pergunta, você respondeu, porque por exemplo, a Vila Prudente você disse que conhece, a zona eleitoral lá é 257; tem a 350 que é no Sapopemba e 421 em Teotônio Vilela. Nós tínhamos problema antigamente que eles mandavam para Vila Prudente, chegava lá. Então ele podendo ir voltar isso já vai ficar bom, que nós tínhamos colocado isso para o pessoal trazer para comissão eleitoral essa questão. Só que tem uma outra coisa, você falou aí por esse motivo de poder votar em qualquer um, pode ser que a Subprefeitura vai ter o dobro ou triplo dos votos que ela teve anteriormente. Vai estar preparado para poder dar atendimento? **Sr. Leonardo**: Vai estar preparado, nós já pensamos nisso. Então nós estamos preparados, a PRODAM está se preparando para isso, tanto em questão de sistema, como em questão de número de computadores, de máquinas e tudo mais, essa disponibilidade técnica está pensada nisso. **Sr. Kiko**: A Vila Prudente tem uma divisão na Vila Ema que pertence, é uma divisão que é só o governo que entende - ah está na Mooca, está na Vila Prudente. Então vai aumentar com certeza porque a maioria da Vila Ema está do lado da Sub, e elas tinham que votar na Mooca, agora vai voltar lá. Então está garantido de que vai ter esse atendimento. Outra coisa, tentei procurar aqui, não achei, que eu guardo todas as informações que vem por e-mail eu guardo, tinha aparecido que uma ou duas entidades que não estava apta, que deram um tempo para ela. Hoje já tem todas que estão aptas para poder participar do processo ou ainda está esperando alguém para poder entregar a documentação? **Sr. Leonardo**: A Ana me corrige, que a Ana está cuidando disso pessoalmente, mas todo processo de homologação das entidades, enfim, foi feito dentro dos prazos previstos no Edital. Infelizmente tivemos dois casos realmente que não foram contemplados por falta de entrega de documentação, e não houve, Indusive a própria Comissão Eleitoral concordou e definiu assim, porque não dava para abrir exceções. Entenda, se temos um prazo a ser cumprido para todo mundo e o começo abrir exceções, tudo bem eu vou abrir uma exceção aqui, eu estou fugindo do regramento do Edital, e isso pode trazer um grande problema até de segurança mesmo jurídica do processo do pleito. Por quê? Ah então se pôde arescentar um documento, eu posso arescentar uma pessoa. Aí abrimos um precedente para outros pedidos que estariam fora do Edital, e isso poderia trazer um processo de impugnação, todo um desgaste que sabemos que pode acontecer mesmo nesse sentido. Então, para evitar isso buscamos fazer sempre com a maior lisura possível, 100% seguindo o Edital, dando sempre publicidade, dando a oportunidade para aqueles que se cadastraram, para aqueles que enviaram as suas documentações de tirar dúvida. Elas fizeram um trabalho, eu acompanhei, a equipe da Ana fez um... E é uma equipe enxuta, não é, Ana? São em duas. Quero agradecê-las aqui publicamente, eu vi o trabalho e esforço delas em fazer isso acontecer. Todas as normativas, todas as comunicações, toda parte de verificação documental, de atendimento, de reunião, tirar dúvidas, de atender ligações, WhatsApp, sair daqui tarde, chegar cedo, muito cedo, sair muito tarde. Todas as dificuldades que tivemos, não sei se a Ana vai ficar chateada, mas teve dias da Ana chegar na minha sala quase chorando de preocupação mesmo com o processo, e eu falei – Calma, Ana, vai dar certo, nós vamos conseguir fazer isso acontecer, fica tranquila, se não der um jeito, nós vamos chegar num denominador comum, se o TSE der errado, temos que criar uma outra forma, mas a coisa vai acontecer. Porque ela sempre teve uma pressão muito grande sobre os ombros, e eu também trago um pouco isso para mim, quando eu cheguei a Ana sabe que uma das primeiras missões que eu tive quando eu cheguei na Secretaria, o João virou para mim e falou – Leo, ajuda aqui e faz esse negócio acontecer, porque está meio enrolado. Então assim, eu tenho acompanhado praticamente primeira semana que eu cheguei aqui até agora a questão das eleições CMH, e estamos bastante empenhados mesmo em fazer a coisa acontecer. **Sra. Ana Maria**: São quatro chapas que foram aprovadas. Se a sua questão era relativa aos movimentos populares, todos, com exceção como o Leonardo falou, três entidades não conseguiram se enquadrar. E o que temos é na sociedade civil, que houve vacâncias, mas como em todo o processo eleitoral na hora que há vacância na sociedade civil o Secretário da Habitação ele tem o poder de indicar quem serão as entidades daqueles segmentos. **Sra. Mariza**: Ana, além da União você sabe quais são as outras entidades? **Sra. Ana Maria**: Eu não lembro de cabeça quais são as entidade. A União colocou bastante pessoas, acho que umas 13 pessoas inscritas; teve uma inscrição solitária, um só inscrito, porque você pode ter uma chapa com um ou até 16 candidatos, teve uma que só tem um candidato. A terceira chapa é uma chapa também de pessoas que são ligadas a movimentos populares tradicionais. A quarta, Maria Helena, não sei se você se lembra qual era. **Sr. Kiko**: Um último pedido que vou fazer aqui. Nós vamos ter mais uma reunião ainda antes dessa eleição, não é? **Sr. Leonardo**: Isso. **Sr. Kiko**: Para vermos se pelo menos deixa encaminhado a 2ª Conferência Municipal que era para ter acontecido e não aconteceu. Aí vamos deixar para o próximo Conselho aí, e com ajuda nossa também, fomos convidados, vamos ajudar para poder fazer. **Nada mais havendo a tratar Senhor Leonardo Gazillo Silva encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

SEHAB/GABINETE

PROCESSO SEI 6014.2022/0002450-9

Assunto: ?Pagamento de indenização de construções havidas em assentamentos urbanos de interesse social

Área: Jardim Colombo

Interessada(o): Francisco Rios de Carvalho

DESPACHO

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, os pareceres técnicos juntados em doc. SEI 070595463 e as manifestação de SEHAB/PROJ em documentos 070248035 e 069916042, os quais adoto como razão de decidir e que passam a integrar a presente decisão, ?**DETERMINO**

Pagamento de indenização pela construção, ao munícipe Francisco Rios de Carvalho, CPF 271.***.***-** com fundamento na Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, o Decreto Municipal nº 61.492, de 28 de junho de 2022 e Instrução Normativa nº 05, de 08 de Agosto de 2022, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme apontado em laudo de avaliação constante no processo SEI nº?6014.2022/0000366-8, onerando a dotação orçamentária 14.10.16.482.3002.2635.3 3909300.00.

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 28 de outubro de 2022 às 05:00:47